



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA
DIVISÃO DE ECONOMIA E GESTÃO
LICENCIATURA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Análise da implementação do programa SUSTENTA na perspectiva de resposta aos
anseios dos beneficiários no Regadio de Chókwè**

Autora: Líria Rita José Saranga

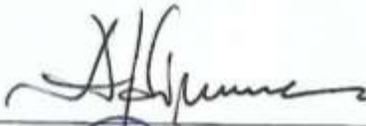
Tutor: Albino Alves Nito da Silva Simione, Ph.D.

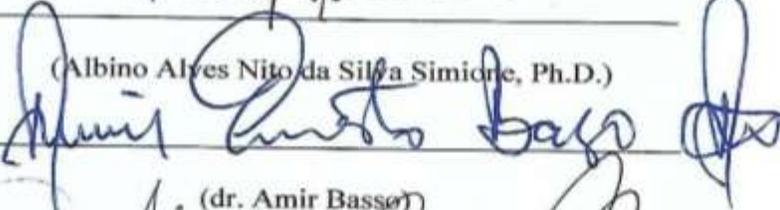
Lionde, Dezembro de 2022

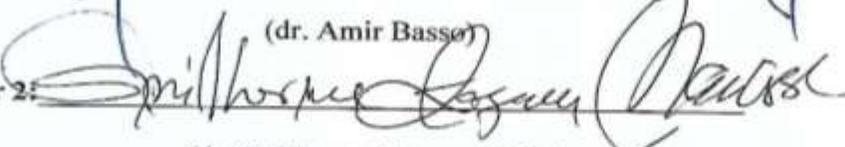


INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

Monografia de investigação sobre Análise da implementação do programa SUSTENTA na perspectiva de resposta aos anseios dos beneficiários no regadio de Chókwê, apresentado ao curso de Administração Pública, na Divisão de Economia e Gestão do Instituto Superior Politécnico de Gaza, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública.

Supervisor: 
(Albino Alves Nito da Silva Simione, Ph.D.)

Avaliador 1: 
(dr. Amir Bassor)

Avaliador 2: 
(dr. Guilherme Mause, MSc)

Lionde, Dezembro de 2022



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

Declaração

Declaro por minha hora que esta Monografia de Trabalho de Culminação do Curso é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu tutor, o seu conteúdo é original e todas as fases consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para propósito semelhante ou obtenção de qualquer grau académico.

Lionde, Dezembro de 2022

Líria Rita José Saranga

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Delimitação da pesquisa	2
1.2. Problema de estudo	3
1.3. Objectivo da pesquisa	3
1.3.1. Geral.....	3
1.3.2. Específicos	3
1.4. Hipóteses.....	4
1.5. Justificativa	4
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
2.1. Política pública: origem e conceito.....	6
2.2. Ciclo de políticas públicas	7
2.3. Implementação da política pública	9
2.4. Problemas de implementação de políticas públicas.....	11
2.5. Programa SUSTENTA.....	11
2.5.1. Responsabilidades das partes interessadas.....	13
2.5.2. Fases do programa	20
3. METODOLOGIA.....	21
3.1. Classificação do estudo.....	21
3.2. Colecta de dados	22
3.2.1. População e amostra	22
3.2.2. Identificação dos procedimentos de implementação concebidos no programa	23
3.2.3. Conhecer o grau de aplicação “ <i>in loco</i> ” dos procedimentos concebidos no programa.....	23
3.2.4. Nível de satisfação dos beneficiários do programa sustenta no Regadio de Chókwè .	23
3.3. Análise de dados	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25

4.1.	Procedimentos de implementação concebidos no programa	25
4.2.	Inquérito aos beneficiários (PA e PACE's)	25
4.2.1.	Distinção da amostra por género.....	26
4.2.2.	Distinção da amostra por faixa etária.....	27
4.2.3.	Distinção da amostra por nível de escolaridade.....	27
4.2.4.	Distinção da amostra pelo estado civil.....	28
4.2.5.	Distinção da amostra pelo número de filhos.....	29
4.2.6.	Existência de uma renda além da agricultura	30
4.2.7.	Como ficou sabendo do programa SUSTENTA?.....	31
4.2.8.	Precisou de algum padrinho para aceder ao SUSTENTA?	32
4.2.9.	Quantos hectares possuía antes do SUSTENTA?.....	33
4.2.10.	Quantos hectares possui agora?	34
4.2.11.	Assinou algum contracto com o programa SUSTENTA?	34
4.2.12.	Tem tido apoio no preparo do solo?	35
4.2.13.	Tem tido assistência de algum técnico?.....	36
4.2.14.	Já esteve alguma vez reunido para qualquer tomada de decisão no programa?	37
4.2.15.	Quais culturas produzia antes do SUSTENTA?	37
4.2.16.	Quais culturas produz agora?.....	38
4.2.17.	Quantas toneladas/hectares produzia antes do SUSTENTA?.....	39
4.2.18.	Quantas toneladas/hectares produziu na primeira colheita?	40
4.2.19.	Na sua opinião como está sendo implementado o programa SUSTENTA?.....	40
4.2.20.	Tem tido dificuldades na obtenção de insumos?	41
4.2.21.	Tem tido dificuldade no transporte ou venda do produto?	42
4.2.22.	Tem tido dificuldade de armazenamento do seu produto?	43
4.2.23.	Acha justo o valor da venda do seu produto?	43
4.2.24.	Vê alguma mudança? Qual mudança?	44
4.2.25.	O que acha que deve ser melhorado no programa SUSTENTA?.....	45
5.	CONCLUSÃO.....	46
6.	RECOMENDAÇÕES.....	47
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
	ANEXO.....	51
	APÊNDICES.....	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Responsabilidade das principais partes interessadas do programa.	13
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Ciclo de vida das políticas públicas	8
Figura 2. Relação do género	26
Figura 3. Faixa etária	27
Figura 4. Nível de escolaridade.	28
Figura 5. Estado civil	29
Figura 6. Número de filhos	30
Figura 7. Renda fora da agricultura	31
Figura 8. Como ficou sabendo do programa SUSTENTA?	32
Figura 9. Precisou de padrinho para aceder ao SUSTENTA?.....	33
Figura 10. Quantos hectares possuía antes do SUSTENTA?	33
Figura 11. Quantos hectares possui agora?.....	34
Figura 12. Assinou algum contracto com o programa SUSTENTA?.....	35
Figura 13. Tem tido apoio no preparo do solo?.....	36
Figura 14. Tem tido assistência de algum técnico?	36
Figura 15. Já esteve alguma vez reunido para qualquer tomada de decisão no programa?.....	37
Figura 16. Quais culturas produzia antes do SUSTENTA?.....	38
Figura 17. Quais são as culturas que produz agora?.....	39
Figura 18. Quantas toneladas/hectares produzia antes do SUSTENTA?	39
Figura 19. Quantas toneladas/hectares produziu na primeira colheita?.....	40
Figura 20. Na sua opinião como está sendo implementado o programa SUSTENTA?	41
Figura 21. Tem tido dificuldade na obtenção de insumos?	42
Figura 22. Tem tido dificuldade no transporte ou venda do produto?.....	42
Figura 23. Tem tido dificuldade no armazenamento do seu produto?.....	43
Figura 24. Acha justo o valor de venda do seu produto?.....	44
Figura 25. Vê alguma mudança? Qual mudança?	44
Figura 26. O que acha que deve ser melhorado no programa SUSTENTA?	45
Figura 27. Contracto da campanha	55
Figura 28. Em conversa com uma agricultora com mais de 35 ha que não conseguiu aceder como PACE, mas sim PA.....	57
Figura 29. Em conversa com uma PACE	57
Figura 30. Campo de produção do feijão.....	58
Figura 31. Campo sem produção por falta de água	58

Figura 32. Campo de produção de arroz de um PACE.....	59
Figura 33. Campo de arroz com dificuldades de drenagem	59

LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Áreas de Conservação

ANAC - Administração Nacional das Áreas de Conservação

BM – Banco Mundial

CCP - Conselho Comunitário de Pesca

CGRN - Comité de Gestão de Recursos Naturais

CIP – Centro de Integridade Pública

DINAF - Direcção Nacional de Florestas

DFSAF - Departamento de Florestas

EUA – Estados Unidos da América

FNDS - Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável

HICEP – Hidráulica de Chókwè, EP

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MPMEs- Micro, Pequenas e Médias Empresas

MMAIP - Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas

MTA - Ministério da Terra e Ambiente

PA – Pequeno Agricultor

PACE's – Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes

PESPA - Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal

PNDS - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ProAzul - Fundo para o Desenvolvimento da Economia Azul

SDAE – Serviço Distrital de Actividades Económicas

SDEJT - Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia

SDPI - Serviços Distritais de Planificação e Infra-estrutura

SUSTENTA – Programa Nacional para Agricultura Sustentável

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

DEDICATÓRIA

À minha família, que tem me apoiado incondicionalmente em tudo que eu faço, me dando força e coragem desde o início da minha formação até os dias actuais, em especial aos meus pais José Saranga e Elcina Mazuze e ao meu noivo Wilson Chipa.

AGRADECIMENTOS

- À Deus pelo dom da vida e pelas bênçãos que derrama dia após dia na minha vida.
- À minha família, em especial aos meus pais pelo apoio e por me terem confiado os escassos recursos materiais e financeiros, a fim de tornar este momento possível.
- Ao meu noivo, que foi um dos pilares para a realização de um sonho que hoje transforma-se em realidade, portando-se como meu mentor, meu monitor e um melhor amigo, a quem eu pude confiar durante toda a minha formação.
- Ao Professor Doutor Albino Alves Nito da Silva Simione por ter aceitado o desafio de participar desta pesquisa, apoiando de forma incondicional para que se atingisse os objectivos deste estudo.

O meu muito obrigado

RESUMO

Os estudos sobre implementação de políticas públicas vêm crescendo desde que entraram na agenda política, isso porque percebe-se a importância destas para o sucesso das políticas públicas. No âmbito da criação de políticas públicas para o desenvolvimento do sector agrícola em Moçambique, está sendo implementado o programa SUSTENTA, que por sua vez tem suscitado uma série de questionamentos sobre as acções decorrentes desta implementação. Tais questionamentos buscam compreender se os critérios de elegibilidade para se beneficiar do programa são devidamente observados, se a distribuição dos insumos obedece os pressupostos arrolados no programa, entre outras questões que caracterizam a implementação deste programa em diversos pontos do país. Esta pesquisa baseou-se na seguinte questão de partida: será que a implementação do programa Sustenta responde aos anseios dos agricultores familiares no regadio de Chókwè? Objectivou-se, no entanto, analisar a implementação do programa sustenta no regadio de Chókwè, por meio de uma pesquisa aplicada, tendo o SDAE- Chókwè e os beneficiários do programa como intervenientes para a colecta de dados da pesquisa por meio da metodologia qualitativa e quantitativa com recurso ao *Kobocollect*. Da pesquisa, constatou-se que os beneficiários estão satisfeitos com a implementação do programa, porém não se abstêm de críticas para a melhoria. Ou seja, embora mais da metade tenham demonstrado satisfação, todos foram unânimes em afirmar que gostariam que houvesse melhorias na flexibilização do pagamento, que se reduzisse a valor da compra de insumos, que haja fornecimento de maquina para o corte do arroz, que haja disponibilidade de transporte para produtos sem prejudicar o estado do produto, que se resolva o problema de enchente nos campos, problema este que surgiu com a implementação do SUSTENTA, e por fim, que se aumentasse o valor da venda dos produtos, pois o valor actual não compensa os gastos.

Palavras-chave: Sustenta, regadio de Chókwè, políticas públicas, implementação.

ABSTRACT

Studies on the implementation of public policies have been growing since they entered the policy schedule because the importance of this for the success of public policies. As part of the creation of public policies for the development of the agricultural sector in Mozambique, the SUSTENTA program is being implemented, which in turn several questions about the actions arising from this implementation. Those questions try to understand if the eligibility criteria to benefit from the program are properly observed, if the distribution of the materials complies with the assumptions set out in the program, among other issues that characterize the implementation of this program in many parts of the country. And this research is based on the following starting question: does the implementation of the SUSTENTA program respond to the longings of family farmers in the Chókwè irrigation system? The objective was, however, to analyze the implementation of the program sustains in the Chókwè irrigation system, through applied research, with the SDAE-Chókwè and the beneficiaries of the program as actors for the collection of research data through the qualitative and quantitative methodology using *Kobocollect*. From the research, it was found that the beneficiaries are satisfied with the implementation of the program, but do not refrain from criticism for improvement. It mean, although the majority showed satisfaction, all were unanimous in saying that they would like there to see improvements in terms of the flexibilization of the payment, the reduction of the price of supplies, to supply a machine for the cutting of rice, to ensure the availability of transport for products without harming the state of the product, to solve the problem of flooding in the fields, this problem arose with the implementation of SUSTENTA, and finally, they need to be increased the value of the sale of the products, because the current value does not compensate the expenses.

Keywords: Sustenta, Chókwè irrigated system, public policies, implementation.

1. INTRODUÇÃO

Moçambique possui uma área total estimada em 786 380 km², desse total, as terras agrícolas incluíam 52.7% da área total de terra, mas apenas 7.8% da área total de terra é arável, os restantes 46.7% é ocupada por florestas (BM, 2020). Quase a totalidade da agricultura é praticada pelo sector dito familiar. Com a prática desse tipo de agricultura, não existe praticamente desembolso monetário, embora existam despesas relativamente baixas nos insumos se comparado com a produção comercial. Os rendimentos nesse tipo de produção são baixos porque não há muito investimento em tecnologias modernas de produção, tais como o uso de sementes melhoradas e também o uso de agro-químicos.

Com vista a mudar o cenário de prática de uma actividade agrícola eminentemente voltada à subsistência, o Governo de Moçambique no âmbito das estratégias para o desenvolvimento sustentável fez o lançamento do Programa Nacional de Agricultura Sustentável (SUSTENTA), cuja primeira fase foi lançada 2017 abrangendo as províncias de Nampula e Zambézia. Na província de Nampula foram abrangidos os distritos de Mecuburi, Laláua, Ribaué, Malema e Rapale; na da Zambézia os distritos de Gurué, Alto Molócue, Ile, Gilé e Mocuba sob a tutela do então Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Em 2020, foi lançada a segunda fase do programa na província de Tete já com abrangência nacional, ou seja, contemplando todas as províncias do país pelo agora designado Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) (CIP, 2021).

Os estudos sobre implementação de políticas públicas vêm crescendo desde que entraram na agenda política, isso porque percebe-se a importância deste para o sucesso das políticas públicas. É possível perceber que muitos dos estudos feitos no âmbito da implementação de políticas públicas, utiliza esse termo apenas de forma metafórica, isto é, como um momento de políticas públicas e não como objecto analítico que aborda vários modelos analíticos (Brazil, 2011).

Desde os anos 1970, período de desenvolvimento do campo como área de pesquisa, passaram quatro gerações da implementação de políticas públicas, isso porque os autores que abordam de forma exaustiva sobre essa temática perceberam a vital importância da implementação no campo das políticas públicas, pois é a fase em que se coloca em prática as políticas discutidas (Lotta, 2019).

A implementação é um processo autónomo no qual decisões cruciais são tomadas e não apenas implementadas, permitindo que os executores façam escolhas importantes para o sucesso ou insucesso de uma dada política pública. Trata-se do momento de colocar em prática acções,

actividades e serviços com vistas ao alcance das metas e objectivos positivados na fase da formulação (Secchi, 2014).

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro e o presente capítulo “Introdução”, faz uma abordagem conceitual dos principais aspectos que imanam a implementação de políticas públicas, mais concretamente para o objecto da pesquisa, que é analisar esta implementação para o programa SUSTENTA no regadio de Chókwè.

No segundo capítulo “revisão bibliográfica”, será apresentado o referencial teórico que se enquadra na pesquisa, ou seja, neste capítulo, serão arroladas informações bibliográficas disponíveis na literatura e que possam auxiliar a realização deste estudo. A busca pela informação acompanhará a dinâmica do tema ao longo dos anos, conseqüentemente a dinâmica da ciência no tempo e no espaço.

O terceiro capítulo “metodologia”, será apresentado os procedimentos técnicos e materiais necessários para a efectivação da pesquisa. A apresentação destes procedimentos sucederá de uma classificação do estudo no que diz respeito a sua abordagem, tipo e o carácter da pesquisa. Será ainda apresentada a metodologia para a colecta e análise dos dados da pesquisa.

O quarto apresenta os “resultados e discussões” da pesquisa, fazendo assim uma busca por embasamentos teóricos disponíveis na literatura, que sustentem os resultados obtidos na pesquisa.

Os resultados da pesquisa são apresentados neste capítulo em forma de gráficos.

No último capítulo, faz-se uma abordagem da realidade que os resultados permitiram evidenciar. Nesse capítulo, apresenta-se a “conclusão” do estudo, em função do problema levantado.

1.1.Delimitação da pesquisa

O presente trabalho teve um conteúdo de pesquisa da implementação foi suportada pela abordagem analítica com foco em acções nos quais a política está sendo implementada, que segundo Elmore (1996) questiona dois pressupostos: o da influência decisiva dos formuladores sobre o processo de implementação e o de que as directrizes explícitas, a determinação precisa de responsabilidades administrativas e a definição exacta de resultados aumentam a probabilidade de as políticas serem implementadas com êxito.

No que tange ao modelo de tomada de decisão, a abordagem teórica é o modelo colegial, onde o conteúdo do processo decisório é de interesse comum e as decisões são tomadas por uma comunidade de indivíduos e grupos, na qual todos poderão ter papéis e especialidades diferentes, mas que compartilham as metas e os objectivos comuns para a organização.

Constitui o objecto desta pesquisa, a população de beneficiários do programa SUSTENTA no regadio de Chókwè, representada por uma amostra. Este estudo foi guiado pelos aspectos inerentes aos processos de divulgação do programa através dos meios de comunicação social, até a primeira colheita tida em 2021.

1.2. Problema de estudo

O SUSTENTA é um programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, que tem como o objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental) (MADER, 2021).

Tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, a sustentabilidade deve ser olhada em três principais vertentes: na vertente económica, social e ambiental. Corroborando com as acções do SUSTENTA, que estão em conformidade com as 5 grandes prioridades de orientação do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, nomeadamente: a Segurança Alimentar; Rendimento Familiar; Emprego; Inclusão Social; Produção e Produtividade, surgem vários questionamentos sobre as acções decorrentes desta implementação, tais como se os critérios de elegibilidade para se beneficiar do programa são devidamente observados, se a distribuição dos insumos obedece os pressupostos arrolados no programa, entre outras questões que caracterizam a implementação deste programa em diversos pontos do país. Desta feita, esta pesquisa ira se basear na seguinte questão de partida: **será que a implementação do programa Sustenta responde aos anseios dos agricultores familiares no regadio de Chókwè?**

1.3. Objectivo da pesquisa

1.3.1. Geral

Analisar a implementação do programa SUSTENTA como veículo de respostas aos anseios da agricultura familiar no perímetro irrigado de Chókwè.

1.3.2. Específicos

- a) Identificar os procedimentos de implementação concebidos no programa;
- b) Conhecer o grau de aplicação “*in loco*” dos procedimentos concebidos no programa;
- c) Aferir o nível de satisfação dos beneficiários do programa sustenta no regadio de Chókwè.

1.4. Hipóteses

H₀: A implementação do programa sustenta responde aos anseios dos agricultores familiares no Regadio de Chókwè.

H_a: A implementação do programa sustenta não responde aos anseios dos agricultores familiares no Regadio de Chókwè.

1.5. Justificativa

A realização de estudos sobre a implementação de programas, quer sejam governamentais ou não, tem merecido um considerável destaque académico ao nível mundial, isto porque permite conhecer ferramentas necessárias para que se possa auferir a sustentabilidade do mesmo. Estudos que analisam a implementação do SUSTENTA ainda estão escassez no nosso país, podendo ser explicado pelo facto do SUSTENTA ser um programa de abrangência nacional. Desta feita, o presente estudo contribuirá de forma positiva para que se possa conhecer o impacto causado por este programa ao nível do Regadio de Chókwè.

Souza (2003), salienta que os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas que busca olhar para o momento específico da materialização ou concretização das políticas. Esses estudos têm como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação. Esse ciclo não condiz necessariamente com a realidade, mas é um relevante instrumento analítico para entendermos os processos decisórios que fazem parte das políticas públicas.

Estudos sobre análise de implementação de políticas públicas têm sido historicamente desenvolvidos com base em elementos teóricos e metodológicos provindos da administração pública e da ciência política, embora tenha inspirações no Direito e na Sociologia. A questão central desses estudos é compreender: por que há (e quais são) diferenças entre os objectivos planeados e os resultados alcançados? Ela se propõe, portanto, a abrir a “caixa preta” dos processos de concretização das políticas públicas, compreendendo as decisões ali tomadas e as consequências dessas decisões (Lotta, 2019).

Do ponto de vista prático, a realização desta pesquisa permitirá que os beneficiários exponham os seus sentimentos em relação a implementação deste programa, demonstrando a sua satisfação ou mesmo seu descontentamento. Esta pesquisa também favorecerá a todos, um leque de benefícios

que poderão ser usados para o melhoramento da política pública, desde os tomadores de decisão aos beneficiários.

A escolha por este tema foi movida por vários aspectos, com ênfase nas reclamações que se tem observado nas diversas fontes de mídia social e de cidadãos próximos a respeito da implementação deste programa. Um outro aspecto importante que contribuiu para a escolha do tema é por se tratar de um programa que abrange o que é tida, como a base para o desenvolvimento do país, visto que a maioria da população moçambicana pratica a agricultura familiar, geralmente voltando a sua produção para o consumo próprio e a comercialização em pequena escala.

A pesquisa terá o conteúdo principal baseado no inquérito dirigido aos beneficiários do programa e busca por informações nos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE-Chókwè), entidade responsável pela gestão e monitoria das áreas de Agricultura, Pecuária, Comércio e Indústria, ao nível dos distritos. Da pesquisa espera-se primeiro aferir o nível de conhecimento das condições necessárias para se candidatar como PACEs, suas observações no que tange a implementação do programa, com foco na satisfação dos anseios alimentados durante a divulgação do programa. Espera-se também responder aos demais questionamentos sobre a implementação do programa, desde a sua concepção, sua implementação e avaliação.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Política pública: origem e conceito

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que propriamente na produção dos governos, tendo contado com grandes "pais" fundadores: H. D. Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e D. Easton (Souza, 2002):

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis*, ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. O autor sustenta ainda que a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por vários problemas, tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores etc., mas a racionalidade, e que pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos actores e modele esse comportamento na direção dos resultados visados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí porque as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao defini-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Política é um conceito vasto, que pode ser entendido enquanto ciência dos fenómenos referentes ao Estado ou ao Governo, como sistema de regras que dizem respeito à direção dos negócios e à administração pública; arte de governar os povos ou ainda e mais genericamente refere-se ao poder, resolução de conflitos ou mecanismos de tomadas de decisão. Outra linha de análise nos remete ao acto de pessoas ou grupos de pessoas se fazerem presentes e participantes de

actividades que visem transformar ou manter uma certa realidade, sempre localizadas em um espaço geográfico e histórico, que pressupõe movimento e constante renovação. Desta feita, a actividade política de um Estado pode ser compreendida como, a forma de representar um conjunto de necessidades da vida social de uma determinada comunidade, localidade, cidade, Estado ou ainda de um país (Melazzo, 2010).

O uso da expressão política pública no sentido que entendemos hoje se consolidou nas esferas governamentais, na administração pública, na ciência política, nas demais ciências humanas e sociais, durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos da América e na Inglaterra (Spink & Burgos, 2019).

A política pública é considerada um conjunto de disposições que funcionam como ponto de partida para um processo de experimentação que envolve aprender com os erros, detectando-os e corrigindo-os (Majone; Wildavsky, 1984) *apud* (Lotta, 2019).

Melazzo (2010) define políticas públicas como conjunto de decisões e acções destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais.

No entanto, pode-se dizer que política pública é a actividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Essa dimensão de “política” é a mais concreta e a que tem relação com orientações para decisão e acção. No entanto, Secchi (2014) sustenta que não existe um conceito que defina com uma verdade absoluta sobre o que é uma política pública (PP), porém, assume-se como pressuposto que uma PP constitui uma directriz elaborada para enfrentar um problema público.

2.2. Ciclo de políticas públicas

Ciclo das Políticas Públicas é um modelo interessante para a análise de vida das mesmas por meio de uma sequência de elementos do processo político administrativo, envolvendo os diversos actores. O mesmo tenta explicar a interacção entre as intenções e acções entre o ambiente social, político e económico em contraposição ao governo, assim como desvendar sua relação (Brazil, 2011).

O processo de elaboração de políticas públicas é também conhecido como ciclo de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (Secchi, 2014).

Uma política pública surge a partir de um problema individual, quando este é entendido como um problema social e quando ocorre a sua entrada na esfera pública, ou seja, uma política pública surge para responder a um problema de esfera pública. Segundo Fonseca e Filho (2019), esta é a primeira fase do ciclo das Políticas Públicas, que são divididas em sete fases distintas, sobrevivendo a estruturação do problema, o conjunto das soluções possíveis, a análise dos pontos positivos e negativos das mesmas, a tomada de decisão, a implementação e avaliação para determinar se farão necessárias adaptações ou modificações, de forma tal que o ciclo se retroalimenta.

As tradicionais segmentações do ciclo das políticas públicas diferenciam-se, basicamente, pelas graduações. Mas é possível observar que todas elas se estabelecem, a partir de três fases básicas: formulação, implementação e avaliação (Melazzo, 2010).

Segundo Secchi (2014) as etapas de políticas públicas podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

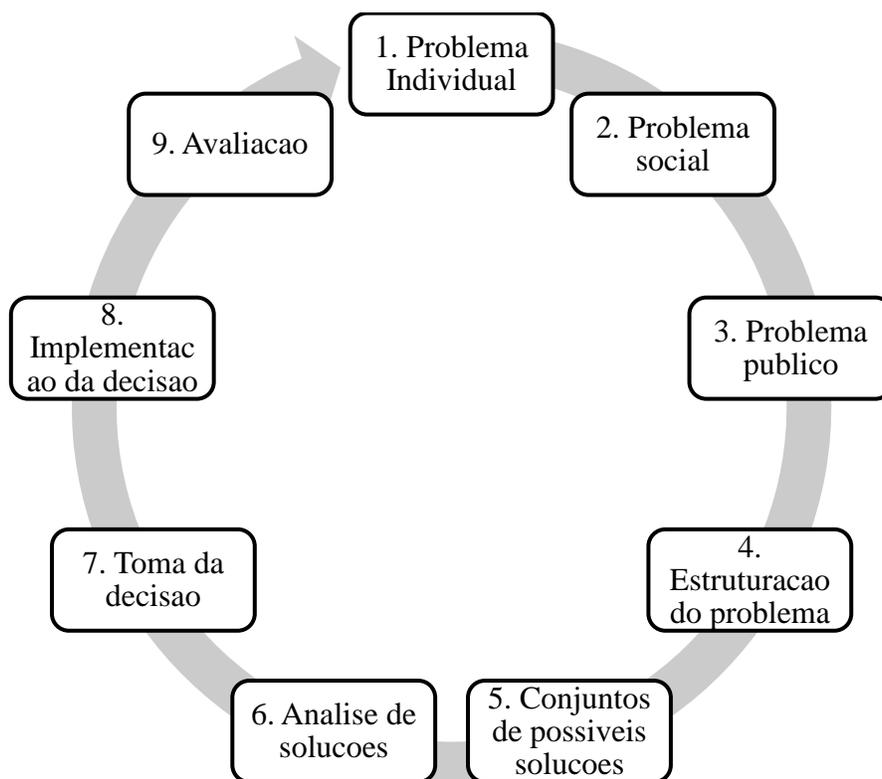


Figura 1. Ciclo de vida das políticas públicas

Fonte: (Secchi, 2014)

2.3.Implementação da política pública

Antes de avançar com o conteúdo sobre a implementação de políticas públicas é importante conhecer o conceito de implementação. Pressman e Wildavsky (1984) *apud* Lima e D'Ascenzi (2019) conceituam “implementar” como a execução de alguma coisa! No caso das políticas públicas trata-se de execução de políticas públicas. Esta, por sua vez, é produto da actividade política, elaborada pelos actores que têm legitimidade para decidir sobre a alocação dos recursos sociais.

A fase de implementação da política pública sucede à tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos. É nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública (Secchi, 2014). é uma das dimensões cruciais para a explicação do sucesso ou insucesso no que tange a atingir os objectivos propostos por uma política pública. Trata-se da fase do ciclo político-administrativo que se refere a um período de planeamento, estruturação da máquina pública e de provisão de todos os insumos necessários à sua efectiva execução (incluindo recursos humanos) (Brites & Clemente, 2019).

A importância do estudo da implementação cinge-se na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costuma acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública. Mais do que a possibilidade de visualizar, o estudo da implementação permite também conhecer os erros anteriores à tomada de decisão, por forma a detectar problemas mal formulados, objectivos mal traçados, optimismos exagerados (Secchi, 2014).

Os elementos básicos de qualquer análise sobre o processo de implementação são as pessoas e as organizações, com interesses, competências (técnicas, humanas, de gestão) e comportamentos variados. Também fazem parte desse grupo as relações existentes entre as pessoas, as instituições vigentes (regras formais e informais), os recursos financeiros, materiais, informativos e políticos (capacidade de influência).

Os actores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos actores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir directamente em negociações, construção de coordenação entre implementadores e cooperação por parte do destinatário.

Segundo Lotta (2019), em seus mais de 40 anos de desenvolvimento, os estudos sobre implementação de políticas públicas já passaram por quatro gerações sistematizadas na literatura, a serem descritas a seguir:

A primeira geração, ainda nos anos 1970, se propunha a olhar o processo de implementação de cima para baixo, ou seja, tendo como referência os objectivos previamente propostos (democraticamente) para encontrar qual camada burocrática teria pervertido os objectivos. Por olhar de cima para baixo, esta é a chamada análise *top down* de implementação, tendo como foco a identificação e correcção dos erros.

O modelo *top down* parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos. É também visualizado como estratégia da classe política para “lavar as mãos” em relação aos problemas de implementação: se as políticas, os programas e as acções estão bem planeados, com objectivos bem claros e coerentes, então uma má implementação é resultado de falhas dos agentes (por exemplo, policiais, professores, médicos)

Contrapondo a visão *top down* que era altamente prescritiva, se desenvolve nos anos 1970 e 1980 uma corrente analítica que buscava compreender o processo de implementação duma forma diferente. A essa corrente denominou-se *bottom up*, e os seus autores entendiam que a implementação não é falha e que se trata de apenas uma parte do processo que exige decisões.

O modelo *bottom up* é caracterizado pela maior liberdade dos burocratas e redes de actores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Nesse modelo, o formato que a política pública adquiriu após a tomada de decisão não é definitivo, e a política pública é modificável por aqueles que a implementam no dia-a-dia. A abordagem *bottom up* está preocupada em compreender a “política como ela é”, como foco no que de fato acontece, sem preocupação nem com a legitimidade nem com a conformidade. O olhar central é para descrever e analisar processos complexos e a deformidade, resultado deles.

Ainda nos anos 1980, essa perspectiva, que começa a se disseminar pela Europa, vai ser impulsionada por um conjunto de pesquisas dos estudos organizacionais e da Sociologia que passaram a olhar para os actores envolvidos na implementação – posteriormente denominados de *street-level bureaucrats* – burocratas de nível de rua.

Estamos na quarta geração de estudos sobre implementação. Essa geração é marcada por múltiplos modelos e formas distintas de análise sobre o objecto e por produções disseminadas em vários países e continentes. É também marcada por uma influência maior de outros campos de estudos, especialmente a Sociologia, nas análises de implementação. Por fim, também é marcante

nessa nova geração temas relacionados a novos modelos da acção estatal que se complexificaram pós processos de reformas do Estado (Lotta, 2019).

2.4. Problemas de implementação de políticas públicas

Vários são os problemas que podem surgir durante a implementação de uma política pública. Cline (2000) faz a comparação de dois modelos de análise que se relacionam a esses problemas. O primeiro modelo está relacionado aos problemas organizacionais, especificamente relacionados às falhas na comunicação e o segundo modelo enfatiza que os problemas de implementação decorrem sobretudo da dificuldade de se gerará cooperação entre os autores da implementação. Referem-se aos modelos “*communication model*” e o “*implementation regime framework -IFR*” respectivamente.

Partindo desses modelos analíticos, Oliveira (2019) argumenta que os Problemas de implementação decorrem da ausência de mecanismos que promovam a cooperação, o que explica a não concretização da política; com a instituição de mecanismos de cooperação, aumentam os custos da não cooperação e esta tende a acontecer.

Segundo Gomes (2019), as razões pelas quais se desviaria da rota esperada na formulação da política seriam diversas: alguns problemas serão conhecidos apenas no momento da implementação, desenhos institucionais podem conter premissas ou relações de causa e efeito que se mostram equivocadas, burocratas são actores com visões de mundo e com suas variadas possibilidades de decisões discricionárias podem ou não aderir aos princípios, ideais ou objectivos contidos na política formulada entre outros.

Os problemas de implementação não decorrem apenas de falhas organizacionais ou problemas de comunicação entre instituições e actores implementadores, tal como propõe o “modelo comunicacional”; mais do que melhorias em processos comunicacionais, é preciso compreensão dos contextos sociais nos quais a implementação se dará, assim como permuta e negociação política (Cline, 2000).

2.5. Programa SUSTENTA

Sustenta é um programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, que tem como o objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental) (MADER, 2021). Este programa, é fruto da colaboração entre a República de Moçambique e o banco

Mundial, cujo foco é aumentar a produtividade agrícola e valor agregado dos pequenos produtores e as Micro Pequenas e Media Empresas (MPMEs) do sector agrário de maneira sustentável e resiliente ao clima, melhorando as práticas de gestão de recursos naturais em regiões seleccionadas.

Consiste, ainda, em dinamizar as cadeias de valor de base florestal, empoderando todos os envolvidos com os recursos necessários e gerando as sinergias possíveis, de forma a aumentar a produtividade assegurando, em simultâneo, a possibilidade de resposta imediata em caso de uma crise ou de emergências elegíveis (CIP, 2021).

Segundo MADER (2021), o programa Sustenta visa a gestão integrada da agricultura e dos recursos naturais, com o objectivo de promover e facilitar o desenvolvimento rural integrado, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais. Tem como base as seguintes acções:

- Desenvolvimento da agricultura de conservação para a segurança alimentar e para rendimento;
- Maneio sustentável de recursos naturais e valorização de produtos madeireiros e não madeireiros;
- Promoção do acesso ao direito de uso e aproveitamento da terra; e
- Fortalecimento de instituições governamentais e de outros intervenientes.

O programa está integrado na visão estratégica de desenvolvimento rural com maior resiliência e sustentabilidade dos recursos naturais como base na gestão integrada da paisagem, reconhecendo a interdependência entre as cadeias de valor (CV) na agricultura, na silvicultura, e os recursos naturais (particularmente solo e água) com vista aumentar os rendimentos das famílias rurais. A abordagem da paisagem sustentável irá simultaneamente satisfazer as necessidades locais, contribuindo para cumprir os compromissos e metas nacionais e internacionais, como a protecção da biodiversidade e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (MADER, 2021).

Segundo Fael e Jossai (2021), o programa está alinhado com o quadro político e institucional e com as metas e prioridades do país, nomeadamente:

- O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) 2015-2030 mais conhecido por Programa Estrela por possuir 5 prioridades/componentes estratégicas a saber: energia, água, tecnologias, infra-estruturas e financiamento rural,
- O Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, concentrando-se na adopção de uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar

a geração de renda e criação de mais oportunidades de emprego, sobretudo, para jovens através da contribuição na produção agrícola, pesca aquacultura gestão participativa das áreas de conservação em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais;

- O Programa do Sector Agrário 2020-2024;
- O Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal - PESPA II (2020-2029);
- A Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique (2015-2035);
- A Agenda Estratégica das Florestas 2019 - 2035 e o respectivo Programa Nacional de Florestas de Moçambique;
- O Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação (2015-2024).

2.5.1. Responsabilidades das partes interessadas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento sustentável (FNDS) é responsável pela implementação do programa devendo operar todas as questões fiduciárias em conformidade com as normas e requisitos contidos no acordo legal celebrado com o Grupo Banco Mundial, incluindo supervisão e coordenação técnica, planificação geral do programa, supervisão, comunicação, salvaguardas, aquisições e relatórios sobre o seu progresso em uma base regular. O FNDS possui uma unidade de implementação dos programas com estrutura preparada para assumir a liderança deste programa. O ProAzul, irá funcionar também como entidade fiduciária para a janela de subvenções do sector pesqueiro (Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2021).

Na tabela a seguir, apresenta-se as responsabilidades das principais partes interessadas do programa.

Tabela 1. Responsabilidade das principais partes interessadas do programa.

INSTITUIÇÃO	RESPONSABILIDADES
GOVERNO CENTRAL	
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)	<p>Fomentar a produção e actividades conexas para a satisfação do consumo, comercialização, agro-industrialização e competitividades dos produtos agrários e demais finalidades;</p> <p>Promover o desenvolvimento sustentável, através da administração, manejo, protecção, conservação e uso racional de recursos essencial a agricultura e segurança alimentia;</p> <p>Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos agro-</p>

	<p>florestais.</p> <p>Promover a coordenação monitoria e avaliação de programas, programas que concorram para o desenvolvimento rural.</p> <p>Promover, coordenar, acompanhar e monitorar os programas que concorrem para o desenvolvimento rural.</p>
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)	<p>Garantir o cumprimento e monitoria das actividades planificadas;</p> <p>Coordenar a realização das actividades com os Governos provinciais e Distritais;</p> <p>Fazer o licenciamento ambiental das actividades de investimento do programa. Estabelecer e implementar as normas e procedimentos para a administração, fiscalização e monitoria das normas de uso e aproveitamento da terra;</p> <p>Estabelecer e implementar normas e procedimentos de licenciamento ambiental das actividades dos investimentos do programa.</p>
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MMAIP)	<p>Licenciar, certificar e autorizar a instalação de infra-estruturas, para os investimentos de pesca, aquacultura.</p>
Agência Nacional de Áreas de Conservação (ANAC)	<p>Desenvolver directrizes e padrões de procedimentos sobre questões-chave da gestão e operações das Áreas de Conservação, incluindo governança da comunidade, partilha de benefícios, monitoria da biodiversidade e gestão de recursos humanos.</p> <p>Elaborar procedimentos jurídicos, referentes a conservação e apoio das comunidades dentro das áreas de conservação, partilha de benefícios.</p>
Direcção Nacional de Florestas (DINAF)	<p>Executar todas as actividades previstas, excepto as da responsabilidade dos consultores;</p> <p>Elaborar os relatórios e divulgar a todos níveis;</p> <p>Elaborar os Termos de Referência para as actividades do programa;</p> <p>Desenhar e implementar políticas e estratégias do sector de florestas;</p> <p>Assegurar a atribuição de licenças para concessões florestais.</p>
Direcção Nacional de Assistência a Agricultura Familiar	<p>Desenvolver a base de dados dos agricultores familiares apoiados pelo programa;</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de tecnologias agrárias adequadas aos</p>

	<p>produtores do sector familiar apoiadas pelo programa;</p> <p>Facilitar o processo de adopção das tecnologias pelos produtores do sector familiar;</p> <p>Coordenar a implementação e divulgação de boas praticas agrícolas adaptadas as mudanças climáticas que contribuam para o uso sustentável dos recursos naturais.</p>
Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)	<p>Responsável por implementar actividades de pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologias agrárias em Moçambique;</p> <p>Assegurar que as pesquisas realizadas nas paisagens abrangidas pelo programa beneficiem as comunidades locais.</p>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável FNDS	<p>Operar todas as questões fiduciárias em conformidade com as normas e requisitos contidos no acordo legal celebrado com o Grupo do Banco;</p> <p>Supervisionar e coordenar o planeamento geral do programa, garantindo a qualidade, comunicação, gestão de salvaguardas, aquisições e relatórios sobre o seu progresso do programa;</p> <p>Assegurar o estabelecimento de uma estrutura para a implementação do programa nas áreas de intervenção.</p>
ProAzul	<p>Operar as questões fiduciárias para a janela de subvenções do sector pesqueiro.</p>
Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambiental	<p>Garantir a sustentabilidade social, económica e ambiental das actividades económicas implementadas pelo programa, respeitando os valores culturais das comunidades, a legislação vigente, as boas práticas ambientais e sociais, e a igualdade de género;</p> <p>Difundir e garantir a implementação das directrizes de salvaguardas ambientais e sociais em conformidade com as leis de Moçambique e praticas globais;</p> <p>Desenvolver estratégias para prevenir ou minimizar qualquer impacto social ou ambiental adversos as actividades desenvolvidas pelo programa;</p> <p>Prestar a devida assistência por forma a garantir que as actividades do programa estejam em conformidade com os princípios básicos e directrizes de políticas de salvaguardas social e ambiental em prol</p>

	<p>do desenvolvimento rural;</p> <p>Promover em colaboração com os demais sectores, a divulgação de boas praticas que contribuam para a melhor conformidade social e ambiental;</p> <p>Assegurar a integração e observância de aspectos de género nas diferentes actividades.</p>
GOVERNO PROVINCIAL	
Serviços Provincial do Ambiente	<p>Participar no licenciamento e fiscalização das actividades do sector, nos termos da lei;</p> <p>Estabelecer medidas de prevenção da degradação e controlar da qualidade ambiental;</p> <p>Promover iniciativas de prevenção, controlo e recuperação de solo degradados nas áreas de intervenção do programa;</p> <p>Fazer o acompanhamento de todas as fases de implementação.</p>
Direcção Provincial de Agricultura e Pescas	<p>Participar no licenciamento, fiscalização e monitoria das actividades do sector;</p> <p>Garantir a defesa sanitária vegetal e controlo fitossanitário nas áreas de intervenção do programa;</p> <p>Dar assistência devida no estabelecimento de infra-estruturas e serviços de apoio às actividades agrícolas do programa;</p> <p>Sistematizar a informação sobre a produção agrícola nas áreas de intervenção do programa.</p>
Serviços Provinciais de Actividades Económicas	<p>Garantir a capacitação e assistência técnica aos produtores e beneficiários do programa;</p> <p>Assegurar o cumprimento de normas do sistema higiénico-sanitário dos estabelecimentos de processamento de produtos agrários;</p> <p>Implementar e divulgar boas praticas agrárias adaptadas as mudanças climáticas;</p> <p>Assegurar que os produtores tenham conhecimento sobre assuntos transversais, nomeadamente, a gestão e recursos naturais, mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional, género e HIV-SIDA;</p> <p>Assegurar a delimitação das áreas agrárias e as vias de acesso para estas e para infra-estruturas de manejo.</p> <p>Promover a criação de infra-estruturas e serviços de apoio as</p>

	<p>actividades agrícolas;</p> <p>Promover o estabelecimento de parques de máquinas e centros de prestação de serviços.</p>
DFSAF (Departamento de Florestas)	<p>Prestar a assistência técnica.</p> <p>Disponibilizar meios humanos para a realização das actividades.</p> <p>Realizar as actividades em coordenação com níveis central e distrital.</p>
Unidade de Implementação do Programa (PIU)	<p>Implementar e monitorar as actividades do programa a nível das paisagens;</p> <p>Promover e viabilizar negócios (cadeias de valor) específicos para o desenvolvimento do meio rural (agricultura, turismo baseado na natureza, criação de animais bravios, pescas, recursos naturais, florestas e outras) que asseguram a gestão sustentável de recursos naturais e conservação;</p> <p>Facilitar iniciativas de cadeias de valor orientadas para o desenvolvimento do empreendedorismo, com enfoque para a inclusão de mulheres e jovens, através da identificação e do desenvolvimento de ligações com mercados;</p> <p>Apoiar no desenvolvimento da capacidade de participação das comunidades e outros actores de cadeias de valor nos vários segmentos de mercado;</p> <p>Prestar apoio institucional na elaboração de políticas, estratégias, programas e outros instrumentos de gestão virados ao desenvolvimento rural e conservação.</p>
Áreas de Conservação (AC's)	<p>Assegurar a implementação das actividades nas ACs (Parque Nacional de Magoé e Reservas florestais), o equilíbrio de ecossistemas essenciais.</p> <p>Promover a cooperação regional da gestão e o uso sustentável dos recursos naturais em áreas de elevado valor ecológico.</p> <p>Assegurar a utilização dos recursos naturais pelas comunidades dentro e na zona tampão.</p> <p>Implementar o plano de acção do SAPA- <i>Social Assessment of proteted Area</i> para o bem-estar das comunidades.</p>
GOVERNO LOCAL	

Administração do Distrito	Assegurar que todas as actividades decorram conforme previsto e intervir sempre que necessário; Reportar todas as fases de implementação ao Governo da Província.
Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)	Promover a gestão dos recursos naturais a nível dos distritos de implementação do programa; Assegurar a observância da legislação na gestão dos recursos naturais; Promover a educação das populações sobre o controlo das queimadas; Efectuar a avaliação das áreas cultivadas sua produção e rendimento; Divulgar no seio dos produtores tecnologias adequadas de produção; Incentivar a produção alimentar e de culturas de rendimento; Incentivar o plantio de árvores de sombra e de fruta e promover a sanidade vegetal.
Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI)	Fazer a gestão e monitoria das áreas de planeamento e ordenamento territorial, obras públicas, infra-estruturas e equipamento, transportes e trânsito, gestão ambiental, emergência e prestação de serviços públicos ao nível dos distritos de implementação do programa.
Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT)	Participar e colaborar na implementação das actividades de educação ambiental em particular nos distritos com intervenção nas ACs. Promover a participação de crianças e jovens na vida sociocultural da comunidade dentro e ao redor das ACs.
SECTOR PRIVADO	
Confederação das Actividades Económicas (CTA)	Contribuir para o desenvolvimento económico e social nas áreas de intervenção do programa; Promover o crescimento do Sector Privado protegendo as oportunidades de negócios e iniciativas privadas, cultura e o associativismo empresariais nas áreas de intervenção do programa.
Fornecedores de Insumos, maquinarias	Fornecer insumos e serviços para agricultura, pecuária, agro-indústria, pesca, florestas;

	Fornecer assistência as maquinarias e outros equipamentos para a produção agrária, pesca.
COMUNIDADES	
Líderes Comunitários	<p>Mobilizar as comunidades a solucionarem problemas que estejam dentro do seu alcance.</p> <p>Fiscalizar e intermediar a resolução de problemas entre as comunidades e o poder público.</p> <p>Promover uma consciência crítica sobre a gestão sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade.</p> <p>Promover actividades colectivas, desenvolver e incentivar habilidades particulares dos moradores de sua comunidade que possam beneficiar outras pessoas.</p> <p>Promover a busca de soluções conjuntas para a melhoria das problemáticas das comunidades.</p> <p>Participar em programa de educação ambiental.</p>
Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN)	<p>Melhorar o relacionamento das comunidades com as autoridades locais;</p> <p>para que as comunidades possam fazer um bom uso dos mecanismos de impostos e outras receitas da exploração de recursos naturais (as taxas dos 20%) para promover o desenvolvimento local sustentável;</p> <p>Promover o uso de métodos participativos na gestão dos recursos florestais na área de actuação;</p> <p>Tomar parte activa nas consultas comunitárias e nas negociações de parcerias estabelecidas com o sector privado e outras entidades;</p> <p>Desenvolver acções de exploração sustentável dos recursos naturais que contribuam para o bem-estar das comunidades locais;</p> <p>Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos que envolvam os diferentes intervenientes nas áreas de intervenção do programa;</p> <p>Representar e defender os interesses dos seus membros, comunidades, associações e outras entidades da área junto do Estado e do parceiro (sector Privado);</p> <p>Colaborar activamente com o programa na fiscalização e monitoria da utilização dos recursos naturais nomeadamente no controlo de</p>

	queimadas descontroladas, corte ilegal da floresta, fauna bravia, caça furtiva.
Centros Comunitários de Pesca (CCPs)	Assegurar a implementação das actividades de pesca de forma sustentável e que garanta um desenvolvimento das comunidades locais; Promover a consciencialização das comunidades beneficiárias dos recursos pesqueiros.
ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO	
Mídias (Rádios Comunitárias, Tv, Jornais,)	Informar as comunidades locais sobre diferentes matérias de interesse incluindo sobre o programa em língua local e português; Divulgar informação sobre o programa, incluindo as formas de acesso aos benefícios.
SOCIEDADE CIVIL/NGO/AGENCIAS DE COOPERAÇÃO	
Banco Mundial	Assegurar o financiamento e dar a devida assistência técnica nas diferentes áreas, salvaguardas, monitoria e supervisão do programa.
ACADEMIA	
Academia (UEM, IIAM, Uni Lúrio, Unizambeze, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras)	Participar nos trabalhos de investigação, elaboração de planos de maneio e outros estudos promovendo a inovação através da investigação.

Fonte: MADER (2021)

2.5.2. Fases do programa

Segundo Fael e Jossai (2021), o programa sustenta foi desenhado tendo em consideração as seguintes fases:

- Divulgação seguida de partilha de informação de forma pública para os potenciais candidatos; publicitação dos critérios para se ser elegível a beneficiário do programa;
- A avaliação das candidaturas submetidas; e
- Selecção dos beneficiários a serem PACEs.

3. METODOLOGIA

3.1. Classificação do estudo

No que diz respeito a metodologia de abordagem, a presente pesquisa é qualitativa ordinal e nominal e quantitativa discreta e contínua, isso porque considerou aspectos mensuráveis por meio de uso de pacotes estatístico e porque careceu também da análise das respostas não possíveis de mensurar estatisticamente. Knechtel (2014) enfatiza que este tipo de pesquisa interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos. Quanto ao tipo de pesquisa, foi a exploratória, pois visou proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Este tipo de pesquisa permitiu o aprimoramento de ideias e maiores informações sobre a comunicação organizacional. A pesquisa foi também descritiva, que objectivou conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. Quanto a natureza, a pesquisa foi aplicada, pois buscou gerar conhecimentos para aplicações práticas, neste caso, tendo sido alcançado os objectivos da pesquisa, os resultados poderão servir como base para melhorias da comunicação interna no local do estudo, bem como em outros locais com situações semelhantes.

Quanto ao carácter, a presente pesquisa enquadra-se nas pesquisas avaliativas, que é vista por Carraro (2011) como uma modalidade de pesquisa social recente, aplicada ao desenvolvimento no âmbito das políticas sociais públicas com métodos e técnicas científicas, em vista da ausência de uma cultura de avaliação na administração pública, da frágil apropriação de procedimentos de pesquisa para a investigação, sem observação do processo, da não publicitação dos resultados e recomendações das pesquisas avaliativas, o que faz com que percam substância política.

Quanto aos procedimentos técnicos que foram usados, a pesquisa foi um estudo de caso, pois buscou colectar e analisar informações de modo a perceber o impacto que a implementação do programa SUSTENTA está tendo no seio dos beneficiários. Este tipo de pesquisa é composto de três fases: uma exploratória; outra de sistematização de colecta de dados e delimitação do estudo, e a última de análise e interpretação das descobertas (Nascimento, 2016). A pesquisa bibliográfica foi também usada para embasar o assunto nas demais vertentes técnicas existentes na literatura, cuja não terá uma limitação temporal e espacial, buscando informações em artigos, teses, dissertações e outros manuais existentes com abordagem sobre a implementação de políticas públicas., e segundo Nascimento (2016) é a base teórica para o estudo, devendo, por

isso, constituir leitura selectiva, analítica e interpretativa de livros, artigos, reportagens, textos da internet, filmes, imagens e sons.

3.2. Colecta de dados

Como instrumento de colheita de dados para a pesquisa de campo, utilizou-se inquérito por questionário e entrevista. O questionário compreende uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (Gil, 2006).

O inquérito é composto por questões buscando entender a percepção dos beneficiários, por sua vez, a entrevista serviu de base compensatória para obtenção de informações junto do SDAE em relação a implementação do programa no Regadio de Chókwè. Segundo a HICEP (2003), o Regadio de Chókwè serve uma área equipada total de cerca de 28.000 ha (incluindo 2 200 ha por bombagem), a partir de um açude de derivação das águas do rio Limpopo (Macarretane). Estende-se desde a Barragem de Macarretane até a região de Chalacuane, Mapapa e Mwachicoluane, num comprimento com cerca de 95 km.

Como ferramenta para a realização do inquérito e entrevista, usou-se o questionário (em ANEXO), auxiliado o *Kobocollect*, que é uma ferramenta digital de recolha de dados para estudos.

3.2.1. População e amostra

Constitui população da pesquisa todos os beneficiários do programa Sustenta no regadio de Chókwè, mas especificamente os PACEs e PA's dos postos administrativos de Chókwè, Macarretane, Lionde e Chilembene. O tipo de amostragem usada nesse estudo foi aleatório simples, fazendo parte dela indivíduos aleatórios, quer sejam PA's ou PACE's. A amostra foi determinada por meio da equação descrita por Oliveira (2018), sendo de seguida se dividido o tamanho amostral por 4 postos administrativos para obter a amostra por posto administrativo, visto que a relação dos beneficiários por posto administrativo o SDAE não forneceu quando solicitado:

$$n = \frac{\frac{z^2 \times p(1 - p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1 - p)}{e^2 N}\right)}$$

Onde:

n= é o tamanho da amostra;

z = é o grau de confiança em desvios padrões;

e = é a margem de erro escolhida (5%);

N = é o tamanho da população;

p = é uma constante igual a 0,5

3.2.2. Identificação dos procedimentos de implementação concebidos no programa

A identificação dos procedimentos de implementação concebidos no programa foi feita com base em pesquisa dos materiais disponíveis na literatura e em casos específicos foi feita uma busca juntos do SDAE de Chókwè.

3.2.3. Conhecer o grau de aplicação “in loco” dos procedimentos concebidos no programa

A mensuração do grau de aplicação dos procedimentos visa essencialmente conhecer quais são as fragilidades dos procedimentos concebidos no programa, os principais desafios enfrentados pelos agricultores beneficiários, a perspectiva dos beneficiários em relação ao programa. Esta pesquisa foi conduzida por meio de um inquérito por questionário misto (englobando a componente das respostas pré-determinadas e a do questionário aberto) dirigido aos agricultores.

3.2.4. Nível de satisfação dos beneficiários do programa sustenta no Regadio de Chókwè

A satisfação dos beneficiários é o indicador chave para a continuidade da implementação dos programas sociais ou qualquer outro programa, no entanto, é importante que se busque sempre compreender o quão o programa responde aos anseios dos beneficiários.

Para aferir o nível de satisfação dos beneficiários foi conduzido um inquérito elaborado pela autora, contendo as principais questões que são entendidas nessa pesquisa como sendo de maior preocupação. No inquérito fizeram parte alguns indicadores de desenvolvimento social e económico de importância para o estudo.

A satisfação dos beneficiários foi determinada pelas respostas com maior percentagem, no entanto, não foram descartadas as respostas com percentagens abaixo de 50%, pois a forma que se analisa um determinado assunto difere de individuo para individuo e cada opinião deve ser considerada no acto das constatações.

3.3. Análise de dados

Existem uma grande variedade de *softwares* que possuem algoritmos capazes de realizar todos os cálculos para grandes bases de dados (R, STATA, SPSS, Excel, entre outros) (Oliveira, 2018).

Como método, neste estudo foi usado o estatístico, pois o mesmo permitiu fazer a representação simples de factos do programa SUSTENTA em número, que posteriormente foram transformados em gráficos, tendo-se de seguido, feito uma comparação do antes e depois do programa SUSTENTA aos olhos dos beneficiários, isto é, uma comparação da primeira colheita já ocorrida, e das colheitas anteriores, com objectivo de averiguar se o programa está realmente a surtir efeitos para a melhoria da qualidade de vida. Dada a limitação que o *Kobocollect* apresenta na transformação de dados alfabéticos em gráficos, recorreu-se ao software SPSS 21– *Statistical Package for the Social Sciences* e *MS Excel 365*.

Os dados qualitativos foram analisados com base na identificação dos pontos fortes levantados em cada questão colocada, isso permitiu uma melhor organização dos resultados da pesquisa.

Para as questões 24 (Vê alguma mudança? Qual mudança?) e 25 (O que acha que deve ser melhorado?), visto que trata-se de questões que buscam opiniões, foi feita uma limitação, ou seja, cada beneficiário foi limitado a apontar uma mudança e um melhoramento do SUSTENTA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Procedimentos de implementação concebidos no programa

Informações sobre a implementação do programa SUSTENTA não estão acessíveis para o público, facto este que dificulta a compreensão por parte de terceiros, sobre como o programa está sendo implementado e qual é o instrumento que guia a sua implementação.

Em um estudo realizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) subordinado ao tema “*Falta de Transparência na Seleção dos Beneficiários do Projecto “Sustenta” Indicia Compra de Lealdades a Nível Local*” constatou que o MADER não publicou uma base de dados contendo informação sobre os beneficiários seleccionados para implementar o projecto, sendo que essa base de dados, a ter sido publicada, garantiria um melhor escrutínio público dos beneficiários. Porem, essa falta de partilha de informações relevantes não só se verifica a nível central como é observada a nível local, isto é, nos SDAE’s, o que contribui para falta de conhecimento do público sobre os critérios de elegibilidade para ser beneficiário do projecto.

CIP (2021) salienta ainda que os critérios de elegibilidade a PACE’s não foram claramente definidos, sendo que eles:

- Praticam a agricultura orientada para o mercado;
- Cultivam áreas superiores à média (requisito pouco claro);
- Praticam o uso de tecnologias e insumos;
- Mostram disposição para trabalhar com os outros agricultores da sua comunidade.

Aliado ao descrito acima, a não partilha de material bibliográfico sobre o SUSTENTA por parte do SDAE pode estar directamente relacionada a escassez deste material a nível local.

4.2. Inquérito aos beneficiários (PA e PACE’s)

Os resultados que são apresentados nesta secção são referentes ao ponto de vista dos beneficiários em relação ao programa SUSTENTA, importa referir que a participação na pesquisa foi voluntária, pelo que alguns deles não quiseram participar.

De um total de 4990 (quatro mil e novecentos e noventa) beneficiários do programa SUSTENTA no regadio de Chókwè (dados fornecidos pelo SDAE-Chókwè), apenas 229 beneficiários participaram da pesquisa, sendo que o tamanho amostral para 5% de nível de significância foi de 235 beneficiários.

Visto que a implementação do SUSTENTA não está sendo nas mesmas proporções em todos os postos administrativos e aliado a natureza do estudo, que busca compreender a satisfação do beneficiário no sentido geral, a estratificação da amostra por postos administrativos não teve o resultado desejado, pois o posto administrativo que mais se verifica a implementação é no posto administrativo de Chókwè, facto que teve a maior parte dos participantes beneficiários 110 beneficiários.

4.2.1. Distinção da amostra por género

Dos beneficiários inquiridos, cerca de 81% são do género feminino e os restantes 19% do género oposto. Torrens e Menasche (1996) explicam que na agricultura familiar as mulheres não apenas são as principais responsáveis pelas actividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham papel fundamental no trabalho relacionado às lavouras e criações.

Mosca (2017) faz uma alusão ao censo agro-pecuário 2000-2010, destacando que existiam mais explorações chefiadas por mulheres, facto que condiz com Mosca et. al (2013) que salientam que com a maior ocupação dos homens em outras actividades, as mulheres responsabilizam-se pela exploração agrícola.

Segundo dados da FAO (2011), as mulheres desempenham um papel chave na segurança alimentar e nutricional e na economia familiar. Participam activamente na produção agrícola e pecuária (entre 60- 80% nos países em desenvolvimento), na conservação, transformação, armazenamento e comercialização dos alimentos, e são as únicas responsáveis pela nutrição do agregado familiar.

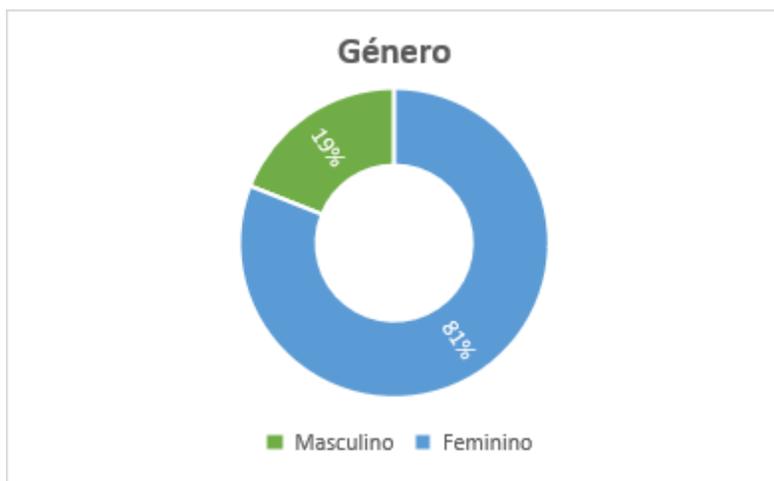


Figura 2. Relação do género

Fonte: Autora

4.2.2. Distinção da amostra por faixa etária

A maior percentagem dos agricultores encontra-se na faixa 46 a 60 anos de idade, seguidos de 18 a 30 anos, com percentagens de 43 e 31 respectivamente. A fraca participação de beneficiários na faixa dos 18-35 anos de idade pode ter diversos motivos, porem importa referir que em Moçambique, a agricultura é meramente para a subsistência, sendo que a maioria das famílias praticantes da agricultura são descritas como de “baixa renda”, vivendo em zonas rurais.

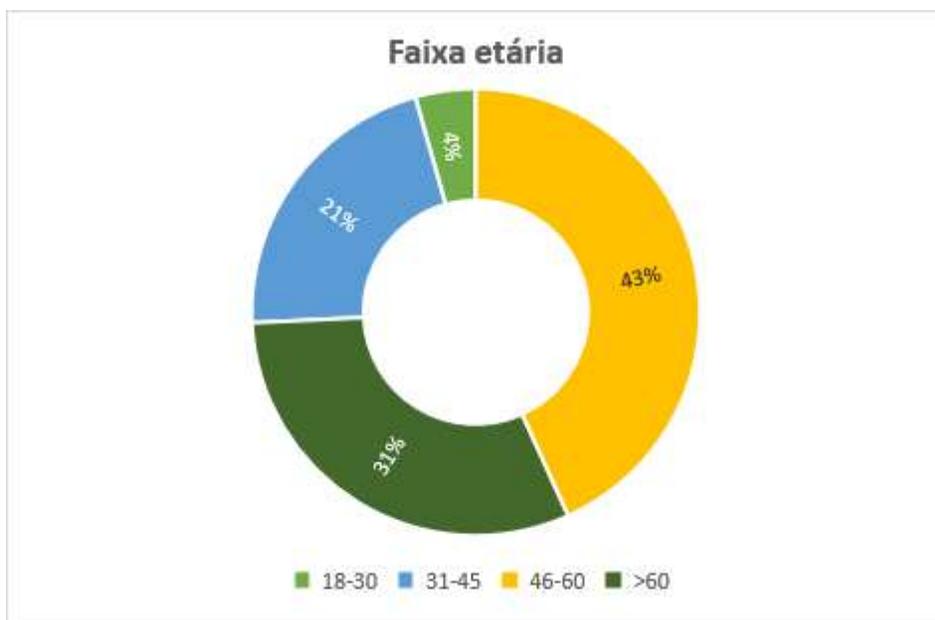


Figura 3. Faixa etária

Fonte: Autora

4.2.3. Distinção da amostra por nível de escolaridade

Aliado as questões acima, cerca de 37% dos beneficiários não são escolarizados, podendo também ser explicado pelo facto da maioria dos beneficiários serem do género feminino e na faixa dos 46-60 anos de idade. Fazendo uma relação com o estilo de vida dos antepassados, as mulheres eram apenas para cuidar da família e a maioria delas não eram permitidas estudarem, pois, os maridos não viam vantagem nos estudos. Com a implementação processo de alfabetização no país, a maioria dos habitantes que não tiveram oportunidade de ingressar em uma escola sentiram-se na necessidade de o fazer, o reflexo disso pode ser observado pelo facto de 15% dos inquiridos possuírem o nível de alfabetização, seguido de 13% do ensino primário EP1, 11% do EP2, 4 e 8% para o 1º e 2º ciclo do ensino secundário, 7% do ensino técnico profissional e 5% do ensino superior. Pode-se, no entanto, sugerir-se que a maioria dos beneficiários no regadio de Chókwè não possuem nível de formação acima do secundário, o que

de certa forma influencia na forma em que podem compreender alguns processos tais como a implementação de uma nova tecnologia de produção por meio da extensão agrária, o funcionamento da cadeia de valores do SUSTENTA, seus direitos e deveres, entre outros.

Figueiredo (2020) salienta que o grau de escolaridade dos proprietários rurais assume importante papel na gestão e organização nos modais da agricultura e pecuária, uma vez que a baixa escolaridade compromete o desenvolvimento sócio territorial, dificulta a compreensão por parte da população nos processos sociopolíticos, facilita a cooptação de actores sociais por grupos políticos dominantes, compromete o grau de reivindicação na melhoria das condições de vida, restringe as possibilidades de qualificação profissional e dificulta o uso de mecanismos participativos e da cidadania.

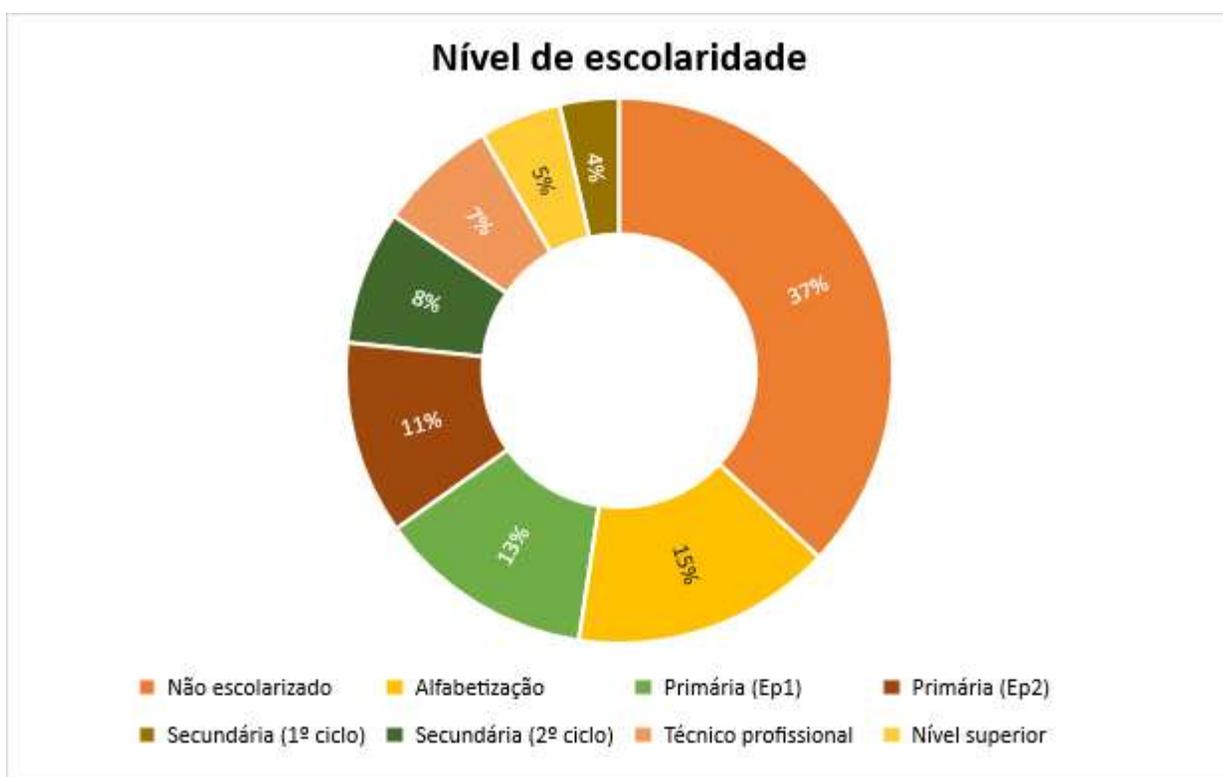


Figura 4. Nível de escolaridade.

Fonte: Autora

4.2.4. Distinção da amostra pelo estado civil

No que tange ao estado civil dos beneficiários, a maioria dos beneficiários são casados, casados tradicionalmente e outros vivendo maritalmente. A relação entre os três grupos (figura 5) é a existência de uma família e conseqüentemente uma responsabilidade por parte dos chefes de

família. Para muitos, a família é um importante factor de motivação para a busca por condições melhores, principalmente quando tiver pessoas sob a sua responsabilidade.

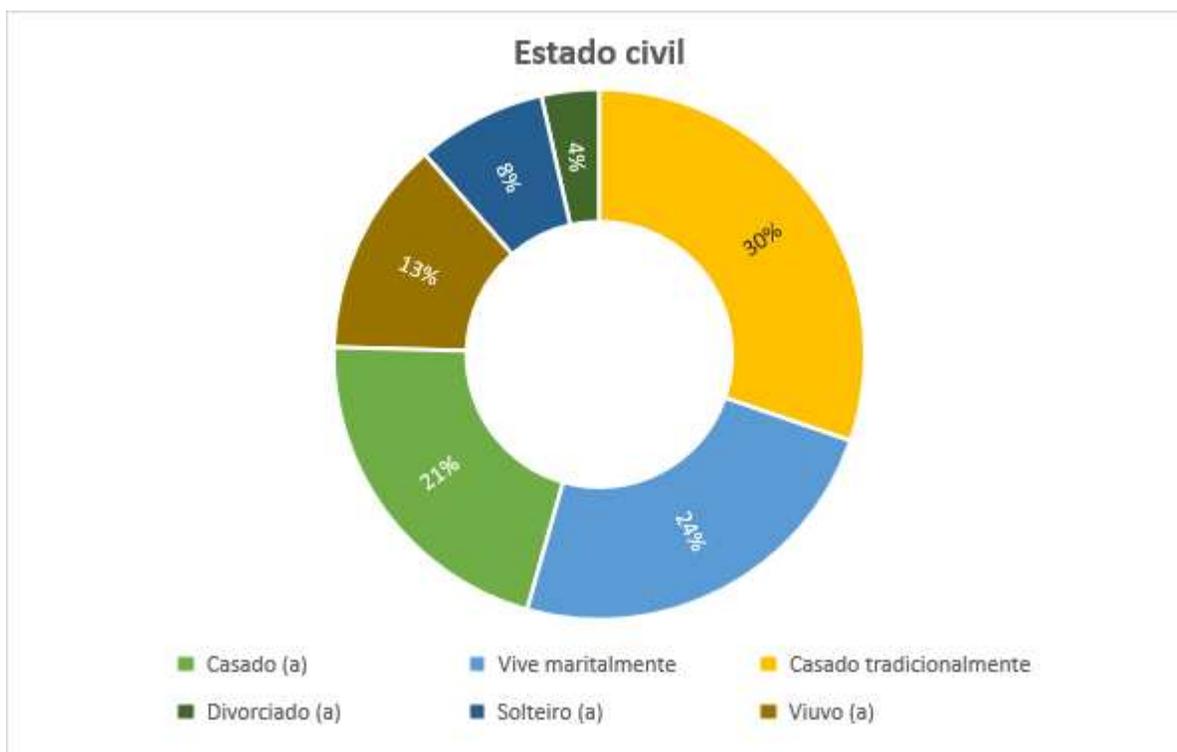


Figura 5. Estado civil

Fonte: Autora

4.2.5. Distinção da amostra pelo número de filhos

O número de filhos, em relação ao estado civil, considera-se um dos grandes factores que motivam os homens a trabalhar. Para o caso em estudo, a média de número de filhos é de 6 filhos por família, número este que realça a necessidade que os chefes de família possuem para a prática de agricultura e/ou busca por condições melhores para sustentarem as suas famílias. Nesta senda, foram também identificados alguns agricultores que não possuem filhos, que na sua maioria são jovens recém-casados e solteiros.

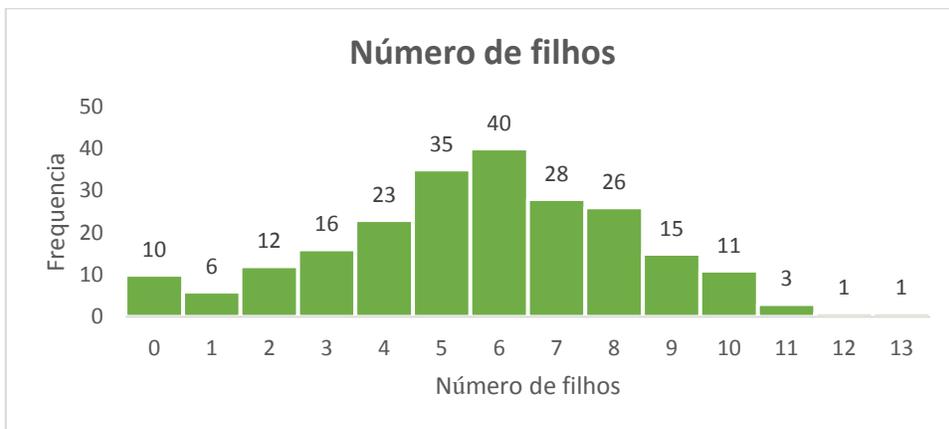


Figura 6. Número de filhos

Fonte: Autora

4.2.6. Existência de uma renda além da agricultura

Geralmente, em zonas rurais, a prática da agricultura tem sido a principal fonte de rendimento das famílias, facto que em Moçambique, uma grande percentagem dos produtores são do sector familiar sem rendas extras.

Questionados sobre a existência de rendas fora da agricultura, cerca de 68% dos entrevistados responderam que não possuem, o que nos leva a uma correlação com as questões acima levantadas, com destaque para o nível de escolaridade. Sabe-se que, para a maioria, a existência de uma renda extra está directamente relacionada a escolarização, pois entende-se que quem possui um nível académico elevado tem mais chances de sucesso no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, entende-se que deve haver um esforço redobrado por parte do governo e parceiros, na promoção de conhecimento sobre o empreendedorismo e as potencialidades que cada individuo possui para gerar um auto-emprego.

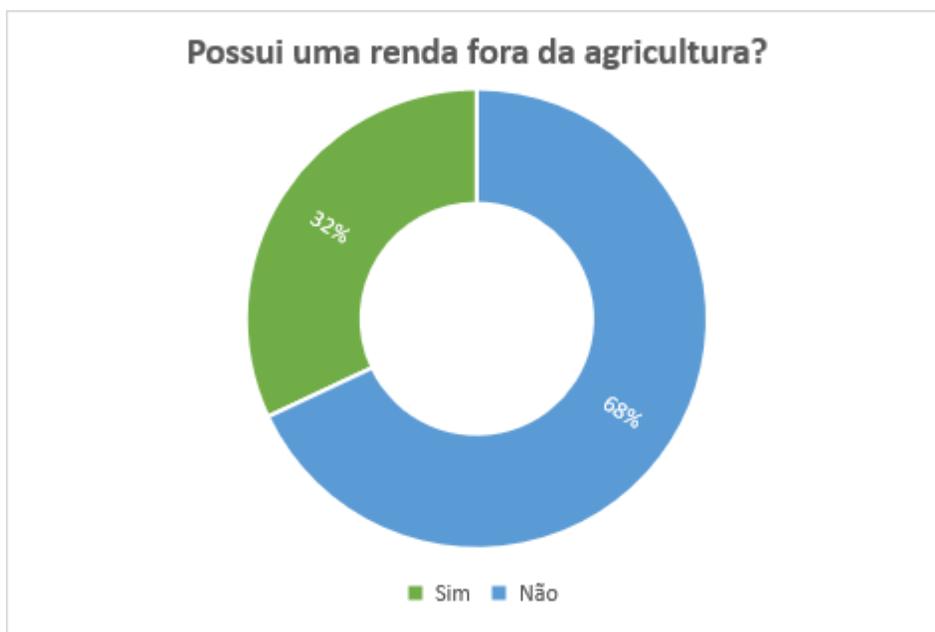


Figura 7. Renda fora da agricultura

Fonte: Autora

4.2.7. Como ficou sabendo do programa SUSTENTA?

Os meios de comunicação social são importantes veículos para a difusão de informações, quer sejam boas ou más. Nos dias actuais, a radio em comparação com a televisão, tem sido menos usada, principalmente nas zonas urbanas, este facto deve-se ao crescente desenvolvimento tecnológico aliado a maior acessibilidade das mesmas, facto que, questionados sobre como ficaram sabendo do programa SUSTENTA, mais da metade dos agricultores (54%) tiveram informação por meio de amigos e familiares e cerca de 46% tiveram informação por meio da televisão, os restantes 4% foram os que tiveram informação por meio da radio. Importa referir que a difusão da existência do programa SUSTENTA foi muito repercutida em todos os meios de comunicação tidos como principais (Jornais, rádios, televisão e algumas redes sociais). Assim sendo, a existência de agricultores que obtiveram informação por meio de amigos e familiares pode ser explicada pela desigualdade social, o que justifica muita das vezes o poder de troca que a população possui.

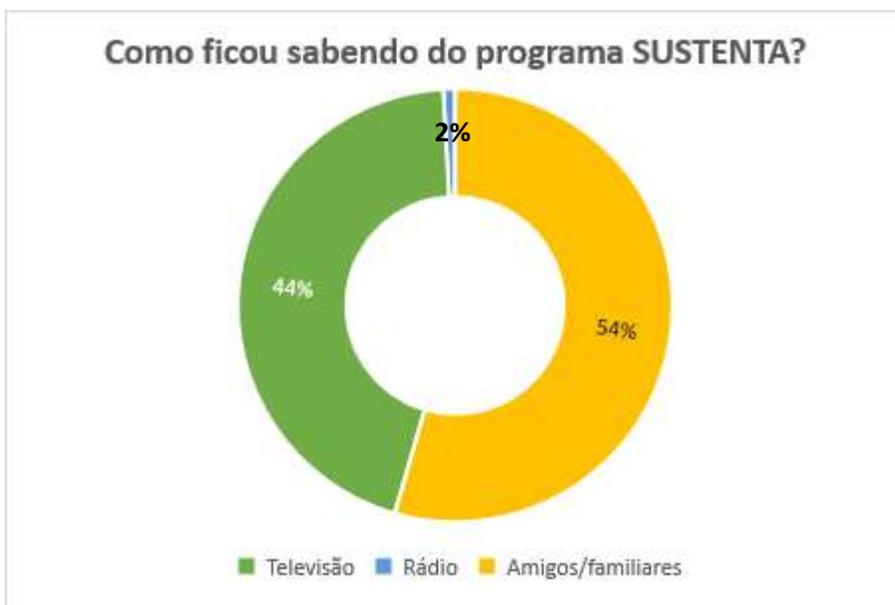


Figura 8. Como ficou sabendo do programa SUSTENTA?

Fonte: Autora

4.2.8. Precisou de algum padrinho para aceder ao SUSTENTA?

O termo “padrinho”, é comumente usado para se referir a facilitadores de um processo. A maioria dos agricultores (85%) responderam positivamente à questão da padrinhagem, mas tentando perceber o seu ponto de vista, constou-se que os mesmos se referem as associações de agricultores das quais fazem parte. Importa referir que a maioria dos agricultores não possuem a área mínima requerida para a adesão ao programa, mas, os mesmos salientaram que a adesão ao programa foi graças a existência das associações de agricultores, tendo concorrido a título de associação e não singular. Dos restantes 15%, fazem parte os PACE’s e os que tiveram uma forma de percepção diferente (na sua maioria foram os que possuem nível de escolaridade acima do 2º ciclo do ensino secundário).

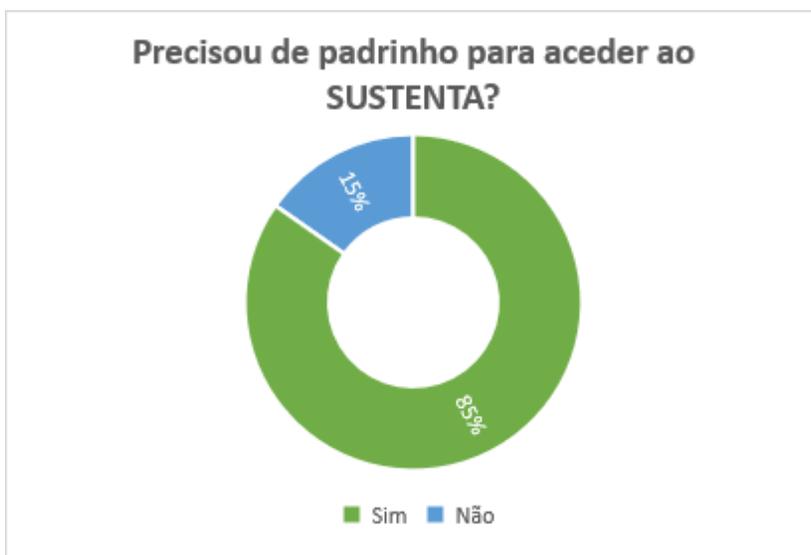


Figura 9. Precisou de padrinho para aceder ao SUSTENTA?
Fonte: Autora

4.2.9. Quantos hectares possuía antes do SUSTENTA?

De acordo com os dados avançados no âmbito da publicidade do programa SUSTENTA, para fazer parte da cadeia de valor, o PA deveria possuir no mínimo 1.5ha e o PACE 4ha de área mínima cultivável e 100 PA na sua tutela. No entanto, a quanto da pesquisa, percebeu-se que cerca d 90% dos agricultores não possuíam 4ha quando aderiram ao programa SUSTENTA, justificando a sua adesão pelo facto de estarem em uma associação de agricultores. Dos 6% com áreas superiores a 4ha, fazem parte os PACE's.

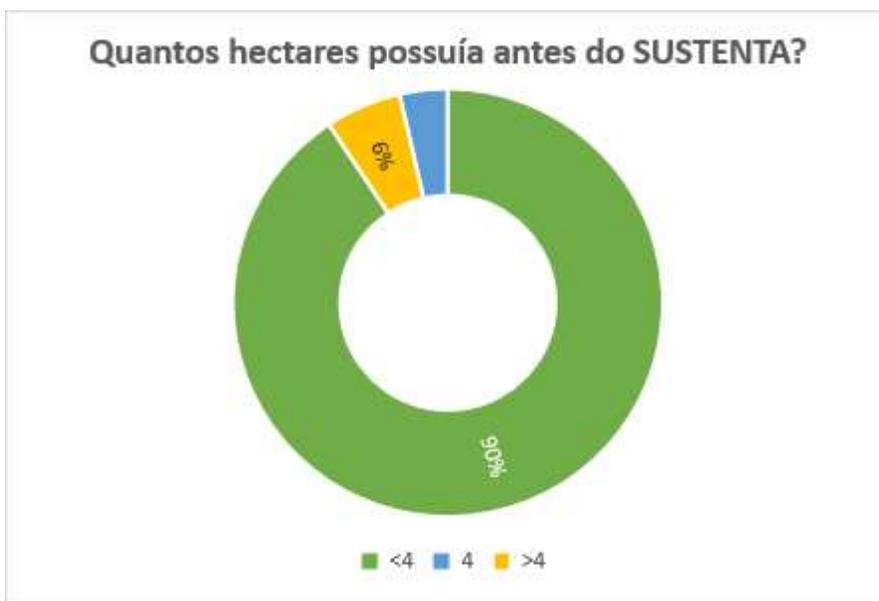


Figura 10. Quantos hectares possuía antes do SUSTENTA?
Fonte: Autora

4.2.10. Quantos hectares possui agora?

Como pode-se observa no gráfico abaixo, dos 229 agricultores inqueridos, apenas 20 agricultores possuem áreas ≥ 4 ha. Dos dados colectados, a frequência dos agricultores com 0.5 ha é maior em relação as outras áreas, isso é, muitos PA's por conta das associações de agricultores conseguiram aderir ao programa mesmo não cumprindo com o requisito de área mínima cultivável. Não sendo possível consultar o projecto principal, não é possível saber se tal critério de elegibilidade faz parte para a selecção de beneficiários ao PA's. CIP (2017) constatou que a implementação do SUSTENTA na fase de selecção dos beneficiários foi marcada por falta de informação pública sobre os critérios exigidos para a selecção dos candidatos à PACEs e PA's.

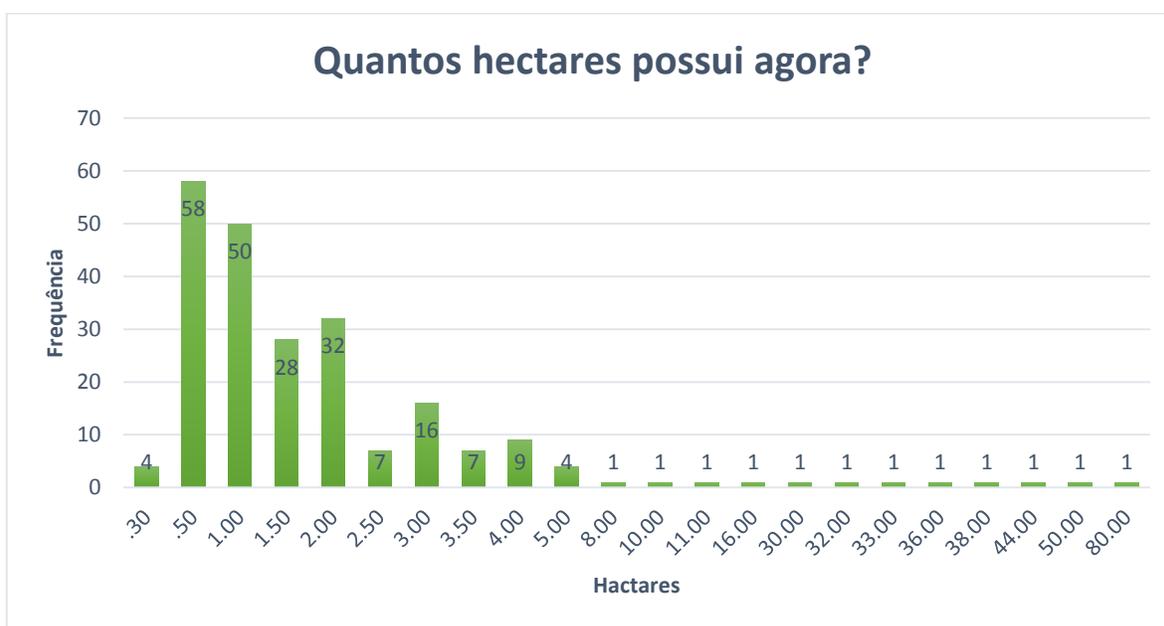


Figura 11. Quantos hectares possui agora?

Fonte: Autora

4.2.11. Assinou algum contracto com o programa SUSTENTA?

A cadeia de valor agrícola é definida como actividades que trazem um produto agrícola como cereais, legume, entre outros, por meio de etapas como produção, processamento, embalagem e distribuição. Importa ainda referir que todos os intervenientes da cadeia de valor assinam um compromisso entre eles, ou seja, o produtor tem a obrigação de produzir para que a etapa de processamento possa executar o seu trabalho, em caso do produtor não o fizer, em função do compromisso que terão assinado, o produtor pode sofrer sansões, pois prejudica a dinâmica de toda a cadeia de valor do referido produto.

Os agricultores, questionados se teriam assinado algum contracto (figura 27 em anexo) no âmbito do programa SUSTENTA, 89% respondeu negativamente. A ser verdade, não existe nenhum compromisso escrito entre os agricultores e o programa, o que quebra primeiramente o conceito de cadeia de valor. Os 11% dos agricultores que responderam positivamente são na sua maioria PACE's. Em suma, a disparidade nas respostas evidencia que nem todos os agricultores assinaram contracto para adesão ao programa, sendo que este processo necessita de um acordo escrito, pois todos os actos administrativos são feitos por escrito.



Figura 12. Assinou algum contracto com o programa SUSTENTA?

Fonte: Autora

4.2.12. Tem tido apoio no preparo do solo?

O preparo do solo envolve técnicas, equipamentos e materiais para a fertilização do solo. Sobre este aspecto, 77% dos agricultores dizem que tem tido apoio, 20% diz que não, e os restantes 3% que as vezes tem recebido o apoio. O fornecimento de equipamentos para a produção agrícola é responsabilidade de uma das partes interessadas do SUSTENTA, assim sendo, é questionável a existência de 20% de agricultores que não recebem apoio no preparo do solo.

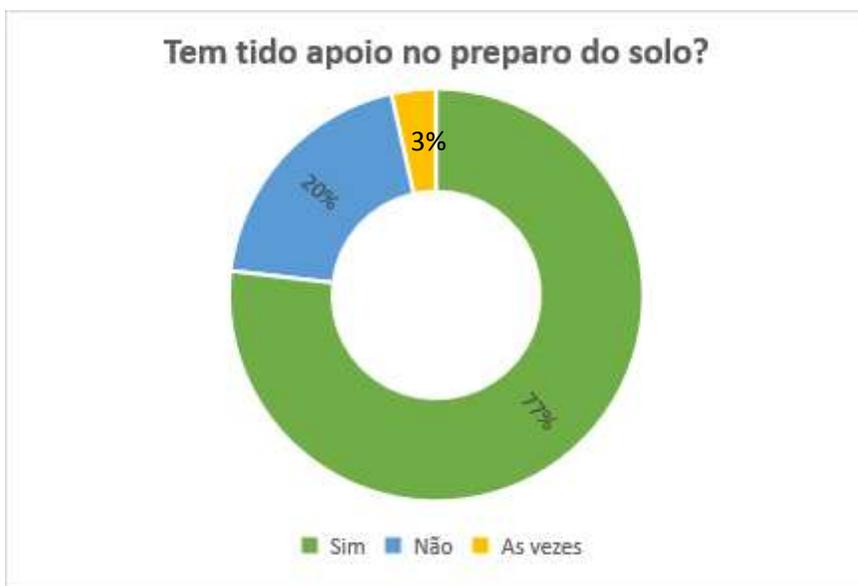


Figura 13. Tem tido apoio no preparo do solo?

Fonte: Autora

4.2.13. Tem tido assistência de algum técnico?

Uma outra responsabilidade das partes, é a assistência técnica aos agricultores. Do inquérito é possível perceber que a maioria dos agricultores tem recebido assistência técnica, no entanto apenas 13% dizem que não. Dado o elevado número de agricultores beneficiários do programa SUSTENTA, o número de extensionistas existentes não garante a existência a todos os agricultores a mesma proporção, facto que explica os 31% dos agricultores dizerem que nem sempre tem recebido assistência técnica. Sendo que os PACEs respondem pelos PA's, isso explica a razão de termos muitos dos beneficiários que não recebem assistência técnica dos extensionistas, porém foi considerada assistência mensal aos beneficiários.

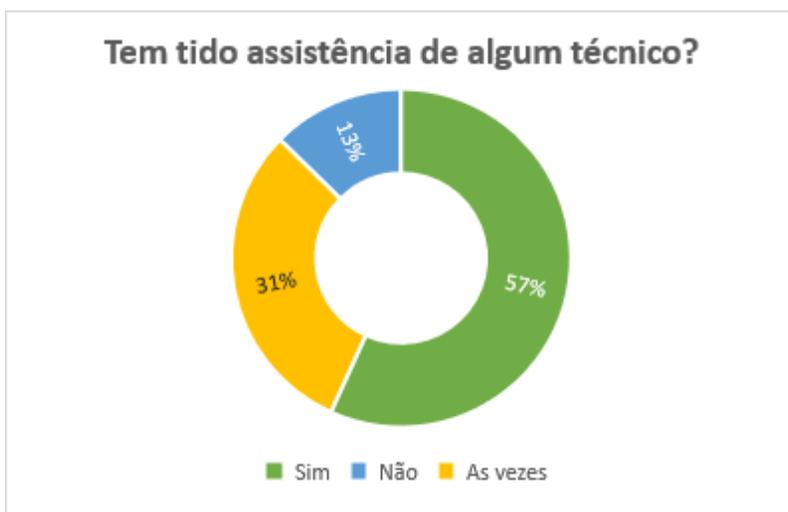


Figura 14. Tem tido assistência de algum técnico?

Fonte: Autora

4.2.14. Já esteve alguma vez reunido para qualquer tomada de decisão no programa?

Sobre a questão da tomada de decisão, é certo de que nem todos os agricultores devem participar do processo decisório, facto que explica que 55% dos agricultores tenham respondido positivamente quando questionados se alguma vez já estiveram reunidos para qualquer tomada de decisão no programa. Aliado a isso, pelo facto da maioria dos PA's fazerem parte de associações, apenas algum representante tem participado em reuniões para discussão de assuntos relacionados ao programa.

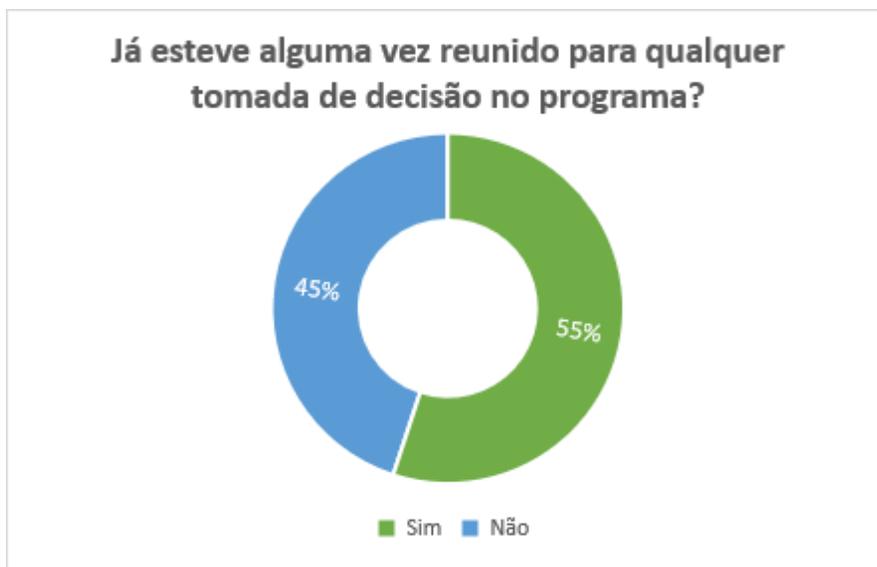


Figura 15. Já esteve alguma vez reunido para qualquer tomada de decisão no programa?

Fonte: Autora

4.2.15. Quais culturas produzia antes do SUSTENTA?

No que tange as culturas produzidas antes do SUSTENTA, a maioria (34%) produzia arroz e milho, cerca de 27% dos agricultores produziam anteriormente arroz, milho e feijão, 17 % produziam apenas arroz, 16% produziam hortícolas e 5% não produziam. Os 5% de agricultores que não produziam nada antes do SUSTENTA, são aqueles que começaram a produção com a implementação do programa.



Figura 16. Quais culturas produzia antes do SUSTENTA?

Fonte: Autora

4.2.16. Quais culturas produz agora?

As Cadeias de Valor Nacional Estratégicas foram definidas com base na matriz de produção nacional, potencial de geração de renda, fornecimento de matéria-prima a indústria local e a demanda do mercado global (MADER, 2021). Na província de Gaza, a cadeia de valor do arroz, feijões são tidas como cadeias de valores estratégicos, nas hortícolas temos o tomate, a batata, repolho, cebola, cenoura e feijão verde.

Assim sendo, com a implementação do SUSTENTA, na primeira colheita, 83% dos agricultores passou a produzir arroz, 16% hortícolas e apenas 1% não teve produção. Segundo os agricultores que não produziram na primeira colheita, a culpa recai para a gestão do regadio de Chókwè, pois com a implementação do programa, muitos campos passaram a ter um alto grau de humidade do solo, o que não facilitou a produção agrícola.

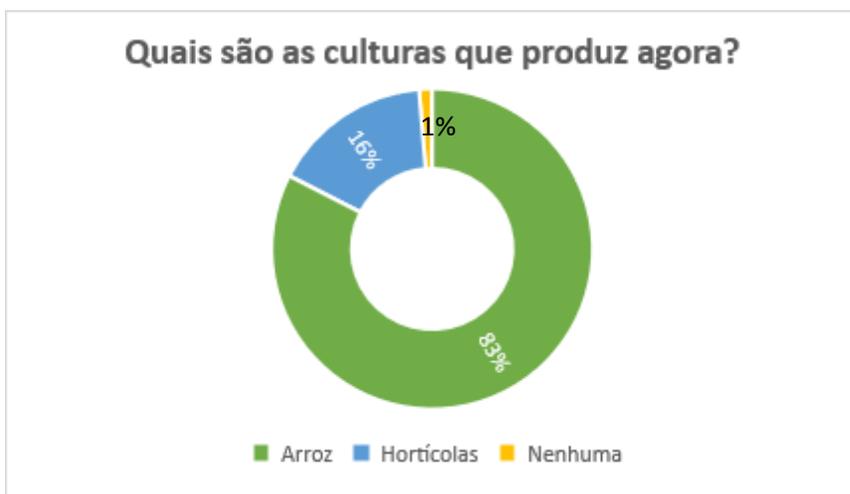


Figura 17. Quais são as culturas que produz agora?
Fonte: Autora

4.2.17. Quantas toneladas/hectares produzia antes do SUSTENTA?

Antes do SUSTENTA, a distribuição de produção por hectare não era uniforme, tal como deve se esperar, pois o sucesso da produção envolve vários factores, dos quais pode-se mencionar a qualidade dos insumos, o preparo do solo, as propriedades do solo e os factores climáticos. Analisando o gráfico abaixo, percebe-se que a frequência dos agricultores que produziam abaixo de 3ton/ha é maior, cerca de 42%. Uma vez que muitos produtores produziam culturas diversas, a base comparativa que se usa nessa pesquisa são as culturas de interesse para o programa no regadio de Chókwè (arroz e hortícolas).

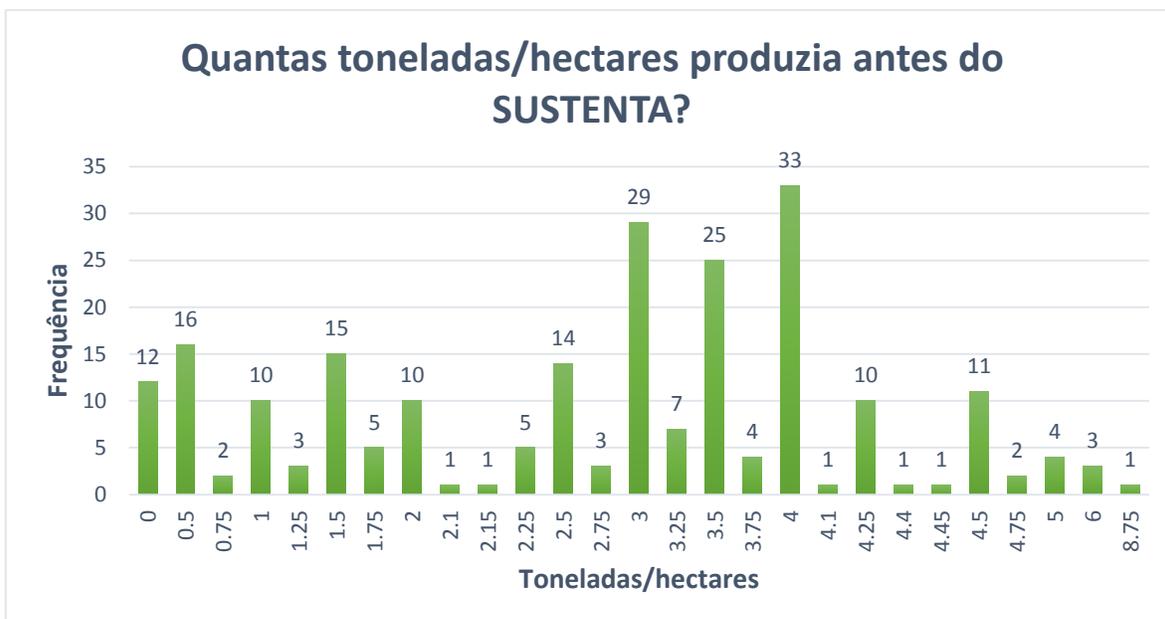


Figura 18. Quantas toneladas/hectares produzia antes do SUSTENTA?
Fonte: Autora

4.2.18. Quantas toneladas/hectares produziu na primeira colheita?

Usando o mesmo raciocínio com a questão anterior, apenas foram consideradas as culturas de interesse para o programa na primeira colheita, daí a razão de cerca de 29 agricultores não terem produzido na primeira colheita, junto a este número, fazem parte os agricultores que viram seus campos encharcados por conta da gestão dos recursos hídricos no regadio.

Em suma, observando a figura 19, percebe-se que houve de certa forma uma redução da produção na primeira colheita com o SUSTENTA, tal situação segundo alguns agricultores do posto administrativo de Chilembene deveu-se ao facto do tardio fornecimento da máquina para o corte do arroz, tendo sido fornecido a uma altura em que praticamente já havia sido perdido quase toda produção.

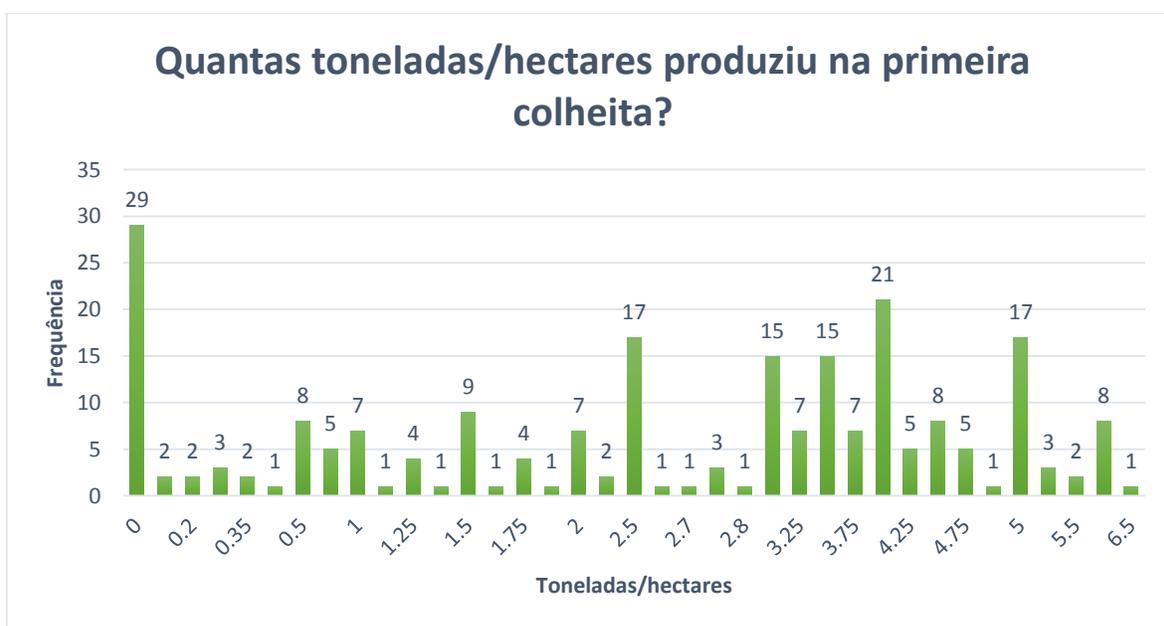


Figura 19. Quantas toneladas/hectares produziu na primeira colheita?

Fonte: Autora

4.2.19. Na sua opinião como está sendo implementado o programa SUSTENTA?

A maioria dos agricultores fazem uma avaliação positiva da implementação do programa SUSTENTA, porém, para outros, o programa está sendo mal implementado, as razões podem ser os factores levantados nas questões anteriores. De salientar que alguns produtores não quiseram participar da pesquisa pelo desapontamento que o SUSTENTA trouxe, a maioria deles tiveram campos alagados por conta do SUSTENTA e não concordam com os critérios usados para selecção dos beneficiários.

Mosca (2017) salienta que o objectivo do governo de aumentar a produção e produtividade pode não estar alinhado com o que os camponeses pretendem, por exemplo, redução de riscos, redução

do volume e da penosidade do trabalho, melhorar o equilíbrio da dieta alimentar, obtenção de renda monetária e equilíbrio com o objectivo da auto-suficiência e segurança alimentar, estabelecer equilíbrios entre o uso e a conservação dos recursos naturais (terra, água, pastagens naturais, florestas, etc.), entre outros aspectos.

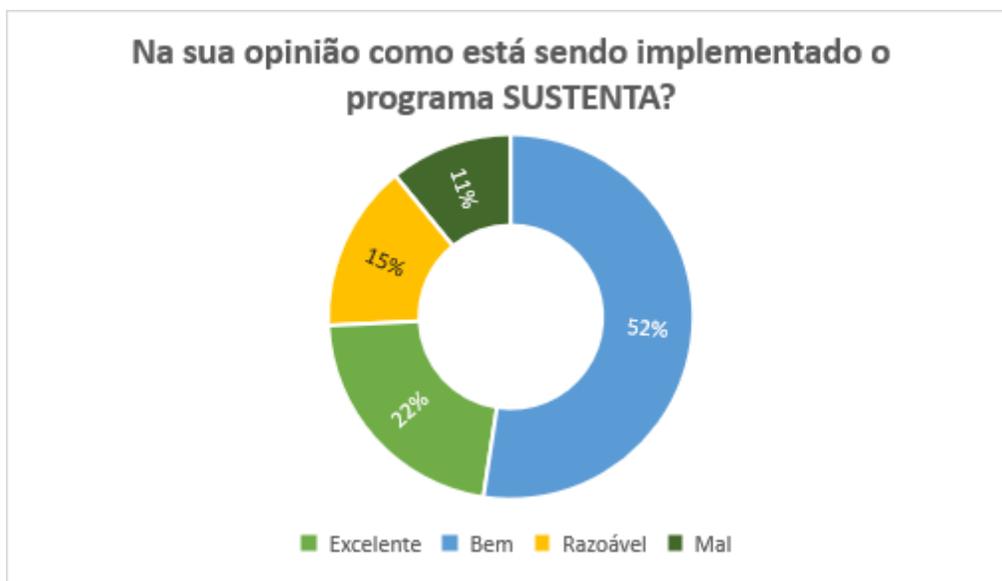


Figura 20. Na sua opinião como está sendo implementado o programa SUSTENTA?

Fonte: Autora

4.2.20. Tem tido dificuldades na obtenção de insumos?

Questionados sobre a obtenção de insumos, 69% dos agricultores disseram que não tem tido dificuldade na obtenção, dos restantes 31%, 24% disseram que as vezes tem tido dificuldade e 7% disseram que sim. Dos agricultores que tem tido dificuldades, apontam a gestão dos insumos por parte do SDAE como o principal responsável, salientando que as vezes a alocação dos insumos tem sido tardia e em pequenas quantidades.

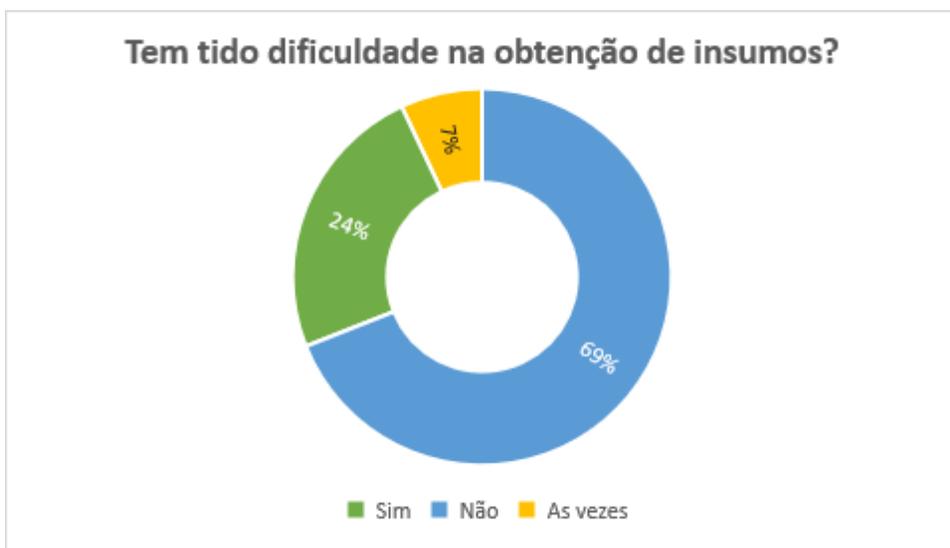


Figura 21. Tem tido dificuldade na obtenção de insumos?
Fonte: Autora

4.2.21. Tem tido dificuldade no transporte ou venda do produto?

Sobre a questão do transporte ou venda dos produtos, 83% dos agricultores dizem não ter dificuldade, porém 17% não fazem parte desse grupo, eles apontam a lentidão com o processo tem decorrido como o factor determinante das suas respostas. Importa referir que tal como a disponibilização de insumos para a produção, o transporte e venda também fazem parte da cadeia de valor.

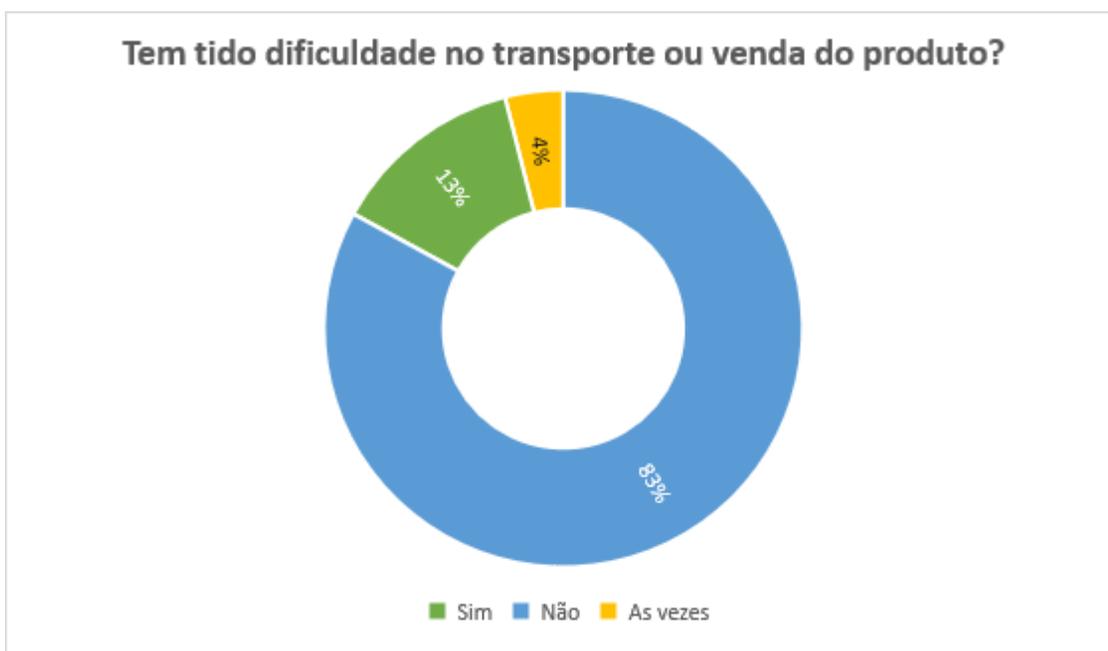


Figura 22. Tem tido dificuldade no transporte ou venda do produto?
Fonte: Autora

4.2.22. Tem tido dificuldade de armazenamento do seu produto?

No que diz respeito ao armazenamento dos produtos, mais da metade dos produtores dizem não enfrentar dificuldades, porém a percentagem dos que enfrentam dificuldades é bastante elevada (40%). A falta de condições para o armazenamento de produtos agrícolas, de certa forma invalida toda a produção, por isso, deve-se olhar para a responsabilidade das partes interessadas (2.5.1) por forma a identificar quais as razões que explicam a dificuldade no armazenamento por parte de cerca de 42% dos produtores.



Figura 23. Tem tido dificuldade no armazenamento do seu produto?

Fonte: Autora

4.2.23. Acha justo o valor da venda do seu produto?

Quando questionados sobre o valor da venda dos produtos, pode-se dizer que os produtores foram unânimes em afirmar que não acham justo o preço da venda, alguns deles sugeriram um aumento na ordem de 3 a 5 meticais do valor de compra em vigor. Para muitos, o valor fixado pelo SUSTENTA para a compra dos produtos não justifica o esforço empenhado durante o processo de produção por parte dos agricultores.



Figura 24. Acha justo o valor de venda do seu produto?

Fonte: Autora

4.2.24. Vê alguma mudança? Qual mudança?

No que tange a mudanças com a implementação do programa, diga-se que as mudanças são notórias por parte dos agricultores, facto que 80% dos mesmo responderam positivamente à questão. Os restantes que reponderam negativamente entende-se que são produtores que tiveram enormes prejuízos por razoes já levantadas acima. Porem, por motivos de compreensão afirma-se que todos conseguem ver mudanças, sendo elas significativas ou não.

O gráfico a seguir apresenta as principais mudanças observadas pelos produtores no âmbito da implementação do programa.



Figura 25. Vê alguma mudança? Qual mudança?

Fonte: Autora

4.2.25. O que acha que deve ser melhorado no programa SUSTENTA?

Apesar das mudanças serem evidentes para os produtores, as críticas para o melhoramento sempre existem. Dos principais pontos de melhoramento levantados, a redução do valor de compra dos insumos foi a que teve maior percentagem, seguido do transporte, flexibilização no pagamento, fornecimento de maquinaria para corte do arroz, visto que os agricultores na sua maioria fazem o corte manual, um outro ponto é a resolução de problemas de enchentes nos campos e por fim o aumento do valor de venda dos produtos.

Mosca (2017) sustenta que para além do aumento de rendimentos das famílias produtoras, a possibilidade de imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspectos, a implementação de políticas agrícolas possui também riscos, como por exemplo: efeitos ambientais provocados pela monocultura devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação em consequência da ampliação das áreas trabalhadas, ao esgotamento dos solos, entre outros.

De salientar que para o aumento do rendimento de qualquer actividade, importa que os *inputs* sejam acessíveis.

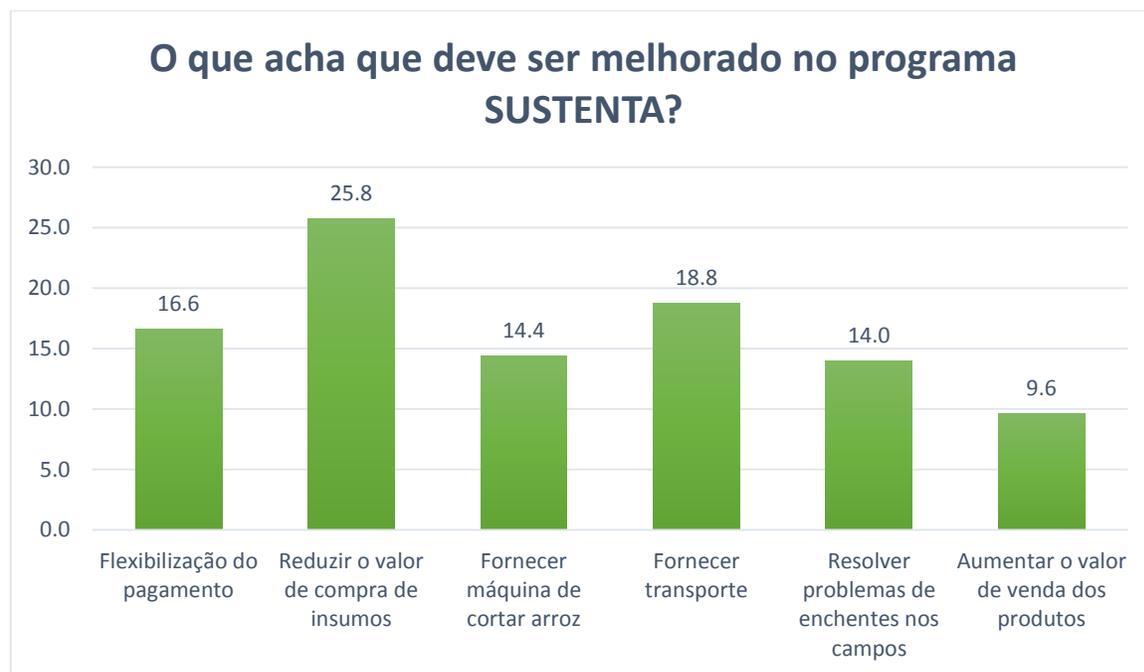


Figura 26. O que acha que deve ser melhorado no programa SUSTENTA?

Fonte: Autora

5. CONCLUSÃO

A implementação de qualquer política pública visa essencialmente o melhoramento da qualidade de vida da população, a semelhança disso, o programa SUSTENTA tem de certa forma criado um impacto significativo no seio da produção de alimentos. No que tange aos procedimentos de implementação concebidos no programa, estes não foram possíveis de identificá-los, pois não se encontra disponível para a consulta pública, o que compromete de certa forma o conhecimento do grau de implementação dos procedimentos concebidos no programa.

Os procedimentos de implementação devem ser claramente publicados e deixados a disponibilidade para a consulta pública, pois somente assim será possível de mensurar o grau de aplicação dos mesmos. Não sendo possíveis de obtê-los, a pesquisa cingiu-se apenas no inquérito aos beneficiários, embasando com material bibliográfico disponível.

Porém, a não disponibilização dos critérios de elegibilidade claramente definidos, a deficiência na gestão por parte das partes interessadas, aliado a outros factores negativos são os que de certa forma contribui para a disparidade de opiniões no que diz respeito a satisfação por parte dos beneficiários.

Do inquérito dirigido aos beneficiários foi possível constatar que o critério da área para adesão ao programa foi definitivamente ignorado, porém faz-se uma análise positiva desta decisão, pois só assim é possível fazer com que o PA atinja grandes patamares e desenvolva a sua produção.

Em linhas gerais, os beneficiários estão satisfeitos com a implementação do programa, mas não se abstêm de críticas para a melhoria dessa política. Isso é, embora a maioria tenha mostrado satisfação, todos são unânimes em afirmar que gostariam que houvesse melhorias flexibilização do pagamento, que se reduzisse a valor da compra de insumos, que haja fornecimento de maquina para o corte do arroz, que haja disponibilidade de transporte para produtos sem prejudicar o estado do produto, que se resolva o problema de enchente nos campos, problema este que surgiu com a implementação do SUSTENTA, e por fim, que se aumentasse o valor da venda dos produtos, pois o valor actual não compensa os gastos .

6. RECOMENDAÇÕES

Em fase de termino desta investigação, importa-nos delinear algumas limitações encontradas ao longo do presente estudo, assim como algumas recomendações e sugestões para a estruturação e desenvolvimento das futuras investigações.

Uma das grandes limitações na pesquisa foi em termos de disponibilidade de material bibliográfico diversificado que abordassem a respeito do programa SUSTENTA, ou seja, quase todo o material encontrado é proveniente da mesma fonte e com informações repetidas. Nesse contexto, o embasamento teórico a respeito do SUSTENTA foi na maior parte com base nas observações feitas e informações obtidas no âmbito dos inquéritos.

Uma outra limitação encontrada, foi em relação a distribuição dos beneficiários por postos administrativos, isso porque foi verificado que o posto administrativo de Macarretane quase que não se faz sentir o efeito do programa SUSTENTA, o que de certa forma impossibilitou a estratificação da amostra por igual número.

Para os gestores do programa SUSTENTA recomenda-se:

- Que se cumpra os objectos contratuais, visto que muitos agricultores reclamam da demora no fornecimento de insumos;
- Que haja maior transparência nos critérios de selecção dos beneficiários;
- Que disponibilizem informações claras dos critérios de implantação, monitoria e avaliação da política pública (SUSTENTA);

A comunidade científica:

- Que se façam outros estudos de modo a analisar a socio economia dos beneficiários do SUSTENTA em outros locais;
- Que se façam estudos sobre o impacto (ambiental) da implementação do programa SUSTENTA.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BM, 2020. *The World Bank*. [Online]

Available at:

<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.ZS?end=2001&locations=MZ&start=2001&view=bar>

[Acedido em 20 Outubro 2022].

Brazil, C. F., 2011. *Políticas públicas e desenvolvimento local: Estudo do caso do municípe de Juranda/PR*. Curitiba: s.n.

Brites, C. M. & Clemente, A. J., 2019. Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão da literatura. *Revista NAU Social*, x(18), pp. 27-37.

Carraro, G., 2011. *As pesquisas avaliativas de políticas sociais públicas: um estudo sobre a metodologia de trabalho com famílias no SUAS*. Porto Alegre: s.n.

Carvalho, M. A. d., 2018. *Uma implementação da política pública pacto pela vida na 27a CIPM de Cruz das Almas soob o olhar do burocrata de linha de frente*. Cachoeira - BA: UFRB: s.n.

CIP, 2021. *Falta de Transparência na Selecção dos Beneficiários do Projecto “Sustenta” Indicia Compra de Lealdades a Nível local*. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP).

Cline, K. D., 2000. Defining the implementation problem: organization management versus cooperation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, Julho.p. 552.

Elmore, R. F., 1996. *La implementación de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa.

FAO, 2011. *Desenvolvimento das capacidades sobre a integração da abordagem de género na gestão dos recursos hídricos e fundiarios.. s.l.:s.n.*

Figueiredo, S. C. d., 2020. *Importância do nível de escolaridade para os agricultores na gestão da propriedade rural*. Paraíba: s.n.

Gomes, S., 2019. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa colectiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. Em: F. d. B. Filgueiras, ed. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, pp. 39-65.

HICEP, 2003. *Manual de operação e manutenção*. s.l.:s.n.

INE, I. N. d. E., 2011. *Censo Agropecuário 2009-2010: resultados definitivos – Moçambique*, Maputo: s.n.

Lima, L. L. & D'Ascenzi, L., 2013. Implementação De Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, XXI(48), pp. 101-110.

Lotta, G., 2019. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Em: F. d. B. Filgueiras, ed. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília : Enap, pp. 11-38.

Lousada, M. & Valentim, M. L. P., 2011. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(1), pp. 147-164.

MADER, 2021. *Programa sustenta*. [Online]

Available at: <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/21-desenvolvimento-sustentavel/129-programa-sustenta>

[Acedido em 20 Julho 2021].

Melazzo, E. S., 2010. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planeamento e da gestão. *TÓPOS*, iv(2), pp. 9-32.

Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2021. *Programa de economia rural sustentável: Plano de Engajamento das Partes Interessadas- PEPI*. Maputo: s.n.

Mosca, J., 2017. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *Revista NERA*, Issue 38, pp. 68-105.

Mosca, J., Mucavel, V. & Dadá, Y. A., 2013. Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário. *Observatório do Meio Rural*.

Nascimento, F. P. d., 2016. Classificação da pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objectivos e procedimentos. Em: *Metodologia da Pesquisa científica: teoria e prática- como elaborar TCC*. Brasília: s.n., p. 5.

Oliveira, J. S. C. d., 2018. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas II*. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância: s.n.

Oliveira, V. E. d., 2019. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. Em: F. d. B. Filgueiras, ed. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, p. 67.

Porto, M. A. G. & Bandeira, A. A., 2006. *Processo decisório nas organizações: XIII SIMPEP-Bauru*. São Paulo, s.n.

Raújo, R. C. O. d. S., Siena, O., Silva, R. M. P. d. & Carvalho, E. M. d., 2019. Tomada de decisão na administração pública: uma revisão sistemática. *Revista electrónica de administración*, XIII(1), pp. 1679-9127.

Saravia, E., 2006. Introdução á teoria da política pública. Em: *Políticas públicas* . Brasília: ENAP, pp. 21-42.

Secchi, L., 2014. Ciclo de políticas públicas. Em: *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, pp. 34-60.

Souza, C., 2002. *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*. Baía: s.n.

Souza, C., 2003. "Estudo do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, xviii(51), pp. 35-50.

Spink, P. K. & Burgos, F., 2019. Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua. Em: F. d. B. Filgueiras, ed. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, pp. 99-125.

Torrens, J. C. S. & Menasche, R., 1996. *Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: s.n.

TRIVIÑOS, A. N. S., 1987. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Vázquez, D. & Delaplace, D., 2011. Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: um Campo em Construção. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, viii(14).

ANEXO

INTRODUÇÃO E INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O presente questionário faz parte do material para a recolha de dados que sustentaram a pesquisa delimitado ao tema “**Análise da implementação do programa Sustenta na perspectiva de resposta aos anseios dos beneficiários no regadio de Chókwè**”, cujo principal objectivo é responder a seguinte questão: será que a implementação do programa Sustenta responde aos anseios dos agricultores familiares no regadio de Chókwè? A referida pesquisa serve-se como trabalho de culminação do curso de licenciatura em Administração pública pelo Instituto Superior Politécnico de Gaza- ISPG.

A participação na pesquisa é voluntária, pelo que, você ou qualquer outro participante jamais será prejudicado por ter participado da pesquisa e ter fornecido informações valiosas para a análise da implementação deste programa. Agradecemos desde já pela sua colaboração na pesquisa e rogamo-lo para que opte sempre pela sinceridade nas respostas.

QUESTIONÁRIO AOS BENEFICIÁRIOS

SECÇÃO A		
CÓDIGO	INFORMAÇÕES PESSOAIS	
A1	Faixa etária	18 – 30 31 – 45 46 – 60 > 60
A2	Nível de escolaridade	Não escolarizado Alfabetização Primária (Ep1) Primária (Ep2) Secundária (1º ciclo) Secundária (2º ciclo) Técnico profissional Nível superior
A3	Estado civil	Casado (a) Vive maritalmente Casado tradicionalmente

		Divorciado (a) Solteiro (a)
A4	Número de filhos	R:
A5	Tem uma renda fora da agricultura?	Sim Não
SECÇÃO B		
INFORMAÇÕES DO PROGRAMA		
B1	Como ficou sabendo do programa SUSTENTA?	Televisão Rádio Jornal Amigos/familiares
B2	Precisou de padrinho para aceder ao SUSTENTA?	Sim Não
B3	Quantos hectares possuía antes do SUSTENTA?	< 4 ha 4 ha > 4 ha
B4	Quantos hectares possui agora?	
B5	Assinou algum contracto com o programa SUSTENTA?	Sim Não
B6	Tem tido apoio no preparo do solo?	Sim Não As vezes
B7	Tem tido assistência de algum técnico?	Sim Não As vezes
B8	Já esteve alguma vez reunido para qualquer tomada de decisão no programa?	Sim Não
B9	Quais culturas produzia antes do SUSTENTA?	R:
B10	Quais são as culturas que produz agora?	R:

B11	Quantas toneladas/hectares produzia antes do SUSTENTA?	R:
B12	Quantas toneladas/hectares produziu na primeira colheita?	R:
B13	Na sua opinião como está sendo implementado o programa SUSTENTA?	Excelente Bem Razoável Mal
B14	Tem tido dificuldade na obtenção de insumos?	Sim Não As vezes
B15	Tem tido dificuldade no transporte ou venda do produto?	Sim Não As vezes
B16	Tem tido dificuldade no armazenamento do seu produto?	Sim Não As vezes
B17	Acha justo o valor de venda do seu produto?	Sim Não
B18	Vê alguma mudança com o programa SUSTENTA?	Sim, qual? Não
B19	O que acha que deve ser melhorado no programa SUSTENTA?	R:

Elaborado por: Líria Rita José Saranga



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CONTRATO DE CAMPANHA

Código do Extensionista

Nome Campanha Agrícola

Provincia Distrito BI

Posto Admin. Localidade Povoado

NUIPA

Nome Idade Sexo

Localidade Povoado BI

Fórum Associação

Área total (ha) DUAT Conta no Banco

Kits recebidos a crédito

Tipo de KIT	Culturas				
Custo Unitário (Mt)					
Número de Kits					
Sub-Total (Mt)					
Total (Mt)					

Plano de Produção do PA

Culturas	Área de Produção (Ha)	Sistema de Produção	Produção (Kg)	Preço de Venda (Mt/Kg)	Receita (Mt)	Custo de Produção (Mt)	Lucro (Mt)
Total							

Declaração de Compromisso

Eu _____ declaro por minha honra ter recebido os kit de insumos acima indicados e comprometo-me a saldar a dívida no fim da campanha agrícola e a entregar a minha produção ao senhor _____, para que em meu nome este possa comercializar e descontar o valor referente aos custos dos insumos que me concedeu a crédito.

Assinaturas:

Data

PA _____

Testemunha do PA _____

PACE/Extensionista _____

Figura 27. Contracto da campanha

APÊNDICES



Figura 28. Em conversa com uma agricultora com mais de 35 ha que não conseguiu aceder como PACE, mas sim PA



Figura 29. Em conversa com uma PACE



Figura 30. Campo de produção do feijão



Figura 31. Campo sem produção por falta de água



Figura 32. Campo de produção de arroz de um PACE



Figura 33. Campo de arroz com dificuldades de drenagem